



BANCO BMG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 61.186.680/0001-74

NIRE 3.530.046.248-3

**MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2025, ÀS 09 HORAS**

São Paulo, 26 de março de 2025.



Índice

1.	Mensagem aos Acionistas	3
2.	Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária	4
2.1	Data, Horário e Local	4
2.2	Quórum de Instalação	4
2.3	Quórum de Deliberação.....	4
2.4	Orientações para Participação	4
2.5	Orientações para Participação Pessoal	5
2.6	Orientações para Participação por Procuração	6
2.7	Boletim de Voto a Distância.....	7
2.8	Conflito de Interesses	8
3.	Edital de Convocação.....	9
4.	Propostas da Administração.....	12
4.1	Itens da Ordem do Dia.....	12
	Anexo I - Comentários da Administração (Item 2 do Formulário de Referência).....	16
	Anexo II - Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM nº 81)	99
	Anexo III – Informações sobre Indicados ao Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	105
	Anexo IV - Proposta de Remuneração dos Administradores (item 8 do Formulário de Referência)	113



1. Mensagem aos Acionistas

Prezados Acionistas,

O Banco Bmg S.A. (“Companhia” ou “Banco”) convida seus Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 09 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo (“Assembleia”).

Em linha com as boas práticas de governança corporativa, baseadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, este Manual apresenta informações sobre as deliberações a serem tomadas na Assembleia. Os assuntos a serem deliberados na Assembleia estão listados na ordem do dia do Edital de Convocação reproduzido no item 3 deste Manual. Ainda, o item 2 deste Manual apresenta orientações adicionais para facilitar a participação na Assembleia. Por fim, o item 4 apresenta e detalha a proposta da Administração para cada um dos itens da ordem do dia.

Esperamos que este Manual lhes seja útil para o esclarecimento de suas eventuais dúvidas a respeito da Assembleia, bem como possibilite uma tomada de decisão informada.

A participação de V.Sas. na Assembleia e o seu voto são de fundamental importância para a Companhia. Contamos com a sua presença.

Cordialmente,

FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO

Diretor Executivo Vice-Presidente e de Relações com Investidores



2. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária

2.1 Data, Horário e Local

Data: 25 de abril de 2025.

Horário: 09 horas.

Local: sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

2.2 Quórum de Instalação

Nos termos do artigo 125 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei 6.404/76”), a Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital votante e, em segunda convocação, com qualquer número.

2.3 Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei 6.404/76, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco. Os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia terão direito de voto em todas as matérias da ordem do dia. Os Acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito de voto em caso de eleição em separado, pelos Acionistas preferencialistas, de membro do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, §4º, ‘a’ da Lei 6.404/76.

2.4 Orientações para Participação

Os Acionistas poderão comparecer à sede da Companhia na data da Assembleia e proferir seus votos ou, caso não possam fazer-se presentes, poderão nomear um procurador, observando-se as regras de legitimação e representação a seguir descritas, nos termos da Lei 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 81”).



A Companhia iniciará o cadastramento de Acionistas para tomar parte na Assembleia logo após a publicação do Edital de Convocação, conforme orientações que constam deste Manual.

2.5 Orientações para Participação Pessoal

O Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia deverá, no dia da Assembleia, comparecer na sede da Companhia, com razoável antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) original ou cópia autenticada do documento de identificação com foto do Acionista ou do seu representante legal, conforme aplicável (exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte, carteira de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública que contenham foto de seu titular);
- (ii) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia; e
- (iii) *se Acionista pessoa jurídica*: original ou cópia autenticada do estatuto social ou contrato social consolidado e mais recente, acompanhado de documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista; ou
- (iv) *se Acionista constituído sob a forma de fundo de investimento*: original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: (a) regulamento consolidado e mais recente; e (b) estatuto social ou ato constitutivo consolidado e mais recente do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A Companhia solicita que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que os Acionistas que optarem por participar pessoalmente da Assembleia efetuem seu cadastramento até o dia 18 de abril de 2025 (inclusive), mediante o envio dos documentos acima indicados aos cuidados da área de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail ri@bancobmg.com.br. Em caso de dúvidas a respeito do cadastramento prévio, favor contatar a área de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@bancobmg.com.br.

Lembramos que a solicitação de cadastramento prévio tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, de maneira que a ausência de cadastramento prévio não representará qualquer óbice à participação do Acionista.

2.6 Orientações para Participação por Procuração

O Acionista que não puder comparecer à Assembleia poderá ser representado por procurador, constituído há menos de 1 (um) ano e na forma prevista no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76. As procurações somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser Acionista ou administrador da Companhia; (ii) ser advogado; ou (iii) ser instituição financeira. Contudo, para os Acionistas que sejam pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 04 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o procurador ser Acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira.

O procurador deverá, no dia da Assembleia, comparecer na sede da Companhia com razoável antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:

- (i) procuração com firma reconhecida em cartório ou assinada digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil;
- (ii) original ou cópia autenticada do documento de identificação com foto do procurador (exemplos: RG, RNE, CNH, passaporte, carteira de classe profissional ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública que contenham foto de seu titular);
- (iii) comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia; e
- (iv) *se Acionista pessoa jurídica*: original ou cópia autenticada do estatuto social ou contrato social consolidado e mais recente, acompanhado de documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista; ou
- (v) *se Acionista constituído sob a forma de fundo de investimento*: original ou cópia autenticada dos seguintes documentos: (a) regulamento consolidado e mais recente; e (b) estatuto social ou ato constitutivo consolidado e mais recente do administrador ou gestor, conforme o caso, de



acordo com a política de voto do fundo e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação.

A Companhia solicita que documentos produzidos no exterior sejam consularizados ou apostilados, conforme aplicável, e acompanhados da respectiva tradução juramentada.

Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que os Acionistas que optarem por ser representados por procurador efetuem seu cadastramento até o dia 18 de abril de 2025 (inclusive), mediante o envio dos documentos acima indicados aos cuidados da área de Relações com Investidores da Companhia, através do e-mail ri@bancobmg.com.br. Em caso de dúvidas a respeito deste cadastramento prévio, favor contatar a área de Relações com Investidores da Companhia através do e-mail ri@bancobmg.com.br.

Lembramos que a solicitação de entrega prévia da procuração, pelos Acionistas que pretendem fazer-se representar por procurador legalmente constituído, tem por objetivo facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia, de maneira que a ausência de cadastramento prévio não representará qualquer óbice à sua participação.

2.7 Boletim de Voto a Distância

Os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri): (i) devidamente preenchido, diretamente para a Companhia, por correio eletrônico, através do e-mail ri@bancobmg.com.br, ficando dispensado o envio das vias físicas; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para (a) seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central (B3); (b) para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central (B3); ou (c) para o depositário central no qual as ações estejam depositadas (B3). Em qualquer dos casos acima, o prazo para envio do boletim de voto ou das instruções de voto, conforme o caso, é de até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 21 de abril de 2025 (inclusive).

Conforme art. 27 § 6º da Resolução CVM nº 81, a Companhia disponibilizou correio eletrônico para envio do boletim de voto a distância, de modo que esse será o único meio de envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, não havendo assim, a possibilidade de envio por correio postal.



2.8 Conflito de Interesses

Durante a realização da Assembleia, assim como ocorre nas reuniões dos órgãos de administração e fiscalização da Companhia, os Acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer Acionista presente que tenha conhecimento de situação conflituosa em relação a outro Acionista e a matéria objeto da deliberação.

Quando manifestado o conflito de interesses, o Acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o Acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, poderá ocorrer a anulação das deliberações tomadas em decorrência de votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave, observado o disposto no artigo 115, §4º da Lei 6.404/76.



3. **Editais de Convocação**

BANCO BMG S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF 61.186.680/0001-74

NIRE 3.530.046.248-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas do Banco Bmg S.A. (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia”), a realizar-se no dia 25 de abril de 2025, às 09 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia;
- (iii) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026; e
- (iv) fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Em atenção ao artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/22, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM 59/21 e 204/24 (“Resolução CVM nº 81”), a Companhia entende que a realização da



Assembleia de forma presencial permite melhor interação entre os acionistas e é consistente com o histórico de realizações de assembleias da Companhia.

Informações Gerais:

1. O Manual para Participação na Assembleia (“Manual”), contendo a proposta da Administração e orientações detalhadas para participação na Assembleia, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia, encontram-se à disposição dos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.bancobmg.com.br/ri), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

2. A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação na Assembleia:

- **Participação Pessoal:** o Acionista deverá comparecer à Assembleia munido de documentos que comprovem **(i)** a titularidade das ações pelo Acionista, e **(ii)** no caso de **(a)** pessoa física, a sua identidade e **(b)** no caso de pessoa jurídica e/ou fundos, a sua devida representação, apresentando os documentos societários que investem o seu representante de poderes bastantes, bem como o documento de identidade do representante, sendo certo que, para fins de apresentação dos documentos neste item, deverão ser observadas pelo Acionista todas as formalidades indicadas no Manual.
- **Participação por Procurador:** as procurações devem conter firma reconhecida ou serem assinadas digitalmente com certificação nos padrões disponibilizados pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados no Manual, além de documento que comprove a sua identidade.

3. Para uma melhor organização da Assembleia, a Companhia solicita que, se possível, os documentos indicados no item 2 acima sejam entregues à Companhia até 18 de abril de 2025 (inclusive), nos termos descritos no Manual.



4. Alternativamente, os Acionistas poderão votar na Assembleia mediante o envio, a partir desta data, do boletim de voto a distância, conforme disponibilizado nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.bancobmg.com.br/ri): (i) devidamente preenchido, diretamente para a Companhia, por correio eletrônico, através do e-mail ri@bancobmg.com.br; (ii) por transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto para (a) seus custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central (B3); (b) para a instituição financeira contratada pela Companhia para a prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central (B3); ou (c) para o depositário central no qual as ações estejam depositadas (B3). Em qualquer dos casos acima, o prazo para envio do boletim de voto ou das instruções de voto, conforme o caso, é de até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até 21 de abril de 2025 (inclusive).

São Paulo, 26 de março de 2025.

OLGA STANKEVICIUS COLPO

Presidente do Conselho de Administração da Companhia

4. Propostas da Administração

Senhores Acionistas,

Diante da convocação, nesta data, da Assembleia, a administração da Companhia submete aos seus Acionistas a presente Proposta da Administração (“Proposta”) com todas as informações necessárias para avaliação das matérias constantes na ordem do dia da Assembleia, sendo certo que os documentos relevantes para a discussão de tais matérias encontram-se anexos ao fim desta Proposta.

4.1 Itens da Ordem do Dia

(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Neste tópico, será realizado o exame, discussão e deliberação sobre o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, devidamente acompanhados das respectivas Notas Explicativas, do Parecer dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal, do Parecer do Comitê de Auditoria e de todos os demais documentos necessários.

As Demonstrações Financeiras foram devidamente auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer aprovando as Demonstrações Financeiras sem ressalvas. Além disso, as Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2025.

Ressalta-se ainda que o comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência, acompanha a presente Proposta como seu Anexo I.

A Administração da Companhia recomenda a apreciação e aprovação de todas as matérias constantes deste item (i).



(ii) Examinar, discutir e votar a destinação do lucro líquido apurado com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e ratificar a declaração de juros sobre o capital próprio aos Acionistas da Companhia.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 419.957 mil (quatrocentos e dezenove milhões, novecentos e cinquenta e sete mil). A Administração da Companhia propõe que:

- (i) R\$ 20.998 (vinte milhões, novecentos e noventa e oito mil reais), correspondentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, sejam destinados à reserva legal, em atendimento ao artigo 193 da Lei nº 6.404/76;
- (ii) R\$ 215.283 (duzentos e quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil reais), correspondentes a 51% (cinquenta e um por cento) do lucro líquido, sejam atribuídos ao pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia e imputados ao dividendo mínimo obrigatório, conforme deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 28 de março de 2024, 27 de junho de 2024, 30 de setembro de 2024 e 28 de novembro de 2024; e
- (iii) R\$ 183.676 mil (cento e oitenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil reais), correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido apurado após as destinações descritas nos itens (i) e (ii) acima, sejam destinados à reserva de lucros.

O Anexo II ao presente Manual contém a proposta completa para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Resolução CVM nº 81.

(iii) Eleger os seus membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2026.

Nos termos do artigo 36 do Estatuto Social, a Companhia tem um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes.

Os Acionistas controladores da Companhia indicaram os seguintes candidatos para composição do referido órgão:



EFETIVO	SUPLENTE
Roberto Faldini	Fernando Marques Cleto Duarte
Fernando Antônio Fraga Ferreira	Mirtes Kinuko Yamamoto
Daniel Souza Barros	Antonio Patrus de Sousa Neto

Vale ressaltar que, nos termos do artigo 161, parágrafo 4º, da Lei 6.404/76, os titulares de ações preferenciais da Companhia terão direito de eleger, em votação em separado, 1 (um) membro e seu respectivo suplente. Igual direito possuem os Acionistas minoritários, desde que representem, em conjunto, 10% (dez por cento) ou mais das ações com direito a voto.

Ressalvado o direito de eleição em separado, conforme descrito acima, os demais Acionistas com direito a voto poderão eleger na Assembleia membros efetivos e suplentes que, em qualquer caso, serão em número igual aos dos eleitos em separado mais 1 (um).

Até o momento, a Companhia recebeu indicação dos seguintes candidatos ao Conselho Fiscal para eleição em separado pelos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia, nos termos do art. 161, § 4º, (a) da Lei 6.404/76, enviada por Luiz Barsi Filho, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 006.541.838-72, com endereço na Rua Líbero Badaró, nº 425, 16º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01009-905, titular de ações preferenciais de emissão da Companhia representativas de 1,8% das ações preferenciais e de 0,7% da totalidade de ações de emissão da Companhia, os quais foram incluídos no boletim de voto à distância:

EFETIVO	SUPLENTE
Luciano Luiz Barsi	Jean Carlo Milanez Melo

Os Acionistas que pretendam indicar candidatos ao Conselho Fiscal deverão apresentar, na Assembleia, os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, previstos na Lei 6.404/76 e na Resolução CMN nº 4.970/21.

Para melhor organização dos trabalhos da Assembleia e para permitir a prévia análise dos requisitos de elegibilidade dos candidatos, sugerimos a apresentação dos documentos à Companhia até 18 de abril de 2025 (inclusive).



As informações sobre candidatos ao Conselho Fiscal indicados pelos Acionistas controladores e para eleição em separado pelos acionistas preferencialistas, nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 81, podem ser encontradas no Anexo III deste Manual.

(iv) Fixar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

Na Assembleia, será discutida a remuneração global e anual dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2025.

Para remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no exercício social de 2025, a Administração propõe o montante global de até R\$ 76.246.063,04 (setenta e seis milhões, duzentos e quarenta e seis mil, sessenta e três reais e quatro centavos)

Já para remuneração dos membros do Conselho Fiscal no exercício social de 2025, a Administração propõe a remuneração global de R\$ 753.936,96 (setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e seis centavos).

Em atendimento ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM nº 81, todas as informações referentes à fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria encontram-se detalhadas no Anexo IV ao presente Manual.



Anexo I - Comentários da Administração (Item 2 do Formulário de Referência)

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (“Demonstrações Financeiras Consolidadas”) e suas respectivas notas explicativas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – International Financial Reporting Standards (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 2 do Formulário de Referência significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras do Banco ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita de juros e rendimentos similares para os períodos aplicáveis para os resultados das operações do Banco, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

Todas as informações apresentadas neste item 2.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Condições Macroeconômicas Brasileiras

Como as operações do Banco são no Brasil, seus resultados são significativamente afetados pelas condições macroeconômicas, políticas e sociais brasileiras, que têm sido voláteis nos últimos anos. Eventos externos, como acontecimentos em outras economias de mercado, também afetam, em menor escala ou indiretamente, a condição financeira e os resultados de operações do Banco.



A condição financeira e os resultados de operações do Banco são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais predominantes no Brasil e são especialmente afetados por variáveis como PIB, inflação, taxas de juros, variações cambiais e políticas fiscais do governo. Além disso, o nível de atividade na economia brasileira afeta a demanda por produtos e serviços bancários.

O PIB registrou um crescimento de 3,4% em 2024, marcando o terceiro ano consecutivo de forte expansão econômica. O destaque foi o crescimento da demanda doméstica, que ultrapassou 4,5% no ano, impulsionado por um mercado de trabalho robusto, com a taxa de desemprego atingindo mínimas históricas (média de 6,9%) e um relevante estímulo fiscal do governo.

No segundo semestre, a percepção de descontrole das contas públicas resultou em uma considerável depreciação da moeda doméstica. Esse fato, aliado ao aumento dos preços dos alimentos, fez com que as projeções de inflação disparassem. O IPCA fechou o ano em 4,8% e o IGP-M em 6,5%, ambos superiores às taxas de 2023 (4,6% e -3,2%, respectivamente).

Diante desse cenário complexo, com a inflação em alta e expectativas desancoradas, o Banco Central precisou reverter o ciclo de alívio monetário, elevando a taxa Selic a partir de setembro de 2024. A taxa básica de juros encerrou o ano em 12,25% a.a., após ter atingido 10,50% a.a. em maio de 2024. Por fim, a moeda doméstica depreciou quase 28% em 2024, encerrando o ano cotada a R\$ 6,19.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, a inflação, as taxas de juros e a taxa de câmbio do dólar norte-americano para os períodos indicados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	3,4%	3,0%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	6,5%	-3,2%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,8%	4,6%
CDI ⁽⁴⁾	10,9%	13,0%
SELIC (fim de período) ⁽⁵⁾	12,25%	11,75%
(Apreciação) Depreciação do real em relação ao dólar norte-americano (fim de período)	27,9%	(7,2%)
Taxa de câmbio no fim do período (R\$ para US\$ 1,00)	6,1923	4,8413
Taxa de câmbio média (R\$ para US\$ 1,00) ⁽⁶⁾	5,39	4,98

Fontes: IBGE, Banco Central, FGV, B3 (segmento CETIP) e Reuters

(1) Crescimento do PIB do ano em questão em relação ao ano anterior.

(2) A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preços do mercado avaliado pela Fundação Getúlio Vargas.

(3) A Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor amplo avaliado pelo IBGE.

(4) A taxa de CDI é a média das taxas fixas de depósitos interbancários referente a um dia útil, conforme registrada e consolidada pela B3 (segmento CETIP).

(5) O COPOM periodicamente estabelece a taxa SELIC.

(6) Representa a média das taxas de câmbio no último dia de cada mês durante o período relevante.

Desempenho Financeiro

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Lucro Líquido (atribuível a controladora)	252.860	267.921
Retorno sobre o patrimônio líquido médio - % ⁽¹⁾	5,9%	6,5%
Retorno sobre o ativo médio - % ⁽¹⁾	0,6%	0,6%
Margem financeira líquida - % ⁽¹⁾	9,6%	9,4%
Índice de eficiência operacional - % ⁽¹⁾	51,4%	57,3%
Ativo Total	48.437.791	43.719.364
Carteira de crédito total ⁽²⁾	26.368.902	23.882.857
Patrimônio líquido (atribuível a controladora)	4.354.800	4.143.010
Captação ⁽³⁾	32.044.168	31.416.192

(1) Os itens acima estão definidos no item “2.5” deste Manual.

(2) Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado

(3) A composição do saldo de captação está demonstrada no item “2.1 (d) - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas”.

Em 31 de dezembro de 2024 e no exercício social findo em tal data

O lucro líquido (atribuível a controladora) do Banco alcançou R\$ 252.860 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, redução de 5,6% em relação ao lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A redução no lucro líquido ocorreu principalmente em razão do aumento da provisão ao valor recuperável de ativos financeiros, compensada parcialmente pelo aumento das receitas líquidas de juros, combinado a uma gestão mais eficiente de custos. Desde o início de 2023, o Banco vem reestruturando sua estratégia e focando seus esforços na construção de um resultado operacional perene e ROE sustentável.

A margem financeira líquida atingiu 9,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 0,2 ponto percentual em relação a margem financeira líquida no exercício social de 2023, reflexo principalmente por conta da geração de receita recorrente advinda dos produtos *core* do Banco.

O índice de eficiência operacional atingiu 51,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, uma melhora de 5,9 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, reflexo da gestão efetiva de custos que o Banco vem realizando e também do aumento das receitas. O Banco segue focando na gestão de custos, trazendo mais eficiência



tecnológica e operacional nos negócios, consequentemente gerando mais segurança e menor custo de servir. Dentre as principais iniciativas estão: (i) eficiência na utilização da cloud, (ii) arquitetura de micro serviços, (iii) automação de processos e digitalização, (iv) novo sistema de formalização, (v) cultura data-driven, e (vi) inteligência artificial com foco em eficiência. Assim, o Banco mantém sua prioridade com a experiência positiva do cliente e a sua satisfação com os produtos e serviços.

O patrimônio líquido (atribuível a controladora) do Banco era R\$4.354.800 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$4.143.010 mil em 31 de dezembro de 2023). O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 5,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, redução de 0,6 ponto percentual quando comparado com o mesmo período do ano de 2023.

O ativo totalizava R\$48.437.791 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$43.719.364 mil em 31 de dezembro de 2023). O retorno sobre o ativo médio atingiu 0,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$26.368.902 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$23.882.857 mil em 31 de dezembro de 2023), tendo como destaque: por conta do crescimento dos produtos core do Banco, tais como os produtos consignados e crédito na conta, e de outras carteiras. Adicionalmente, visando maximizar o retorno sobre o capital alocado, o Banco adotou estratégia de realizar cessões sem retenção de riscos e benefícios de forma recorrente de parte da originação do empréstimo consignado. Ainda, em 2024, o Banco realizou cessão sem retenção de riscos e benefícios de R\$ 1,2 bilhão da carteira de antecipação do FGTS.

O saldo de captação era de R\$32.044.168 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$31.416.192 mil em 31 de dezembro de 2023). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pelo aumento no saldo de letras financeiras e cessões de crédito e securitização.

b. Estrutura de Capital

A administração do Banco acredita que a atual estrutura de capital apresentou, nas datas indicadas na tabela abaixo, um equilíbrio entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em sua visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:



(Em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) (a)	44.031.198	39.539.105
Participação de acionistas não controladores (b)	51.793	37.249
Capital próprio (patrimônio líquido atribuível a controladora) (c)	4.354.800	4.143.010
Capital total (a + b + c)	48.437.791	43.719.364
Percentual de capital de terceiros	90,9%	90,4%
Percentual de capital próprio	9,0%	9,5%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de gestão de ativos e passivos do Banco é maximizar o lucro bruto de intermediação financeira e retorno sobre ativos e patrimônio, garantindo liquidez e capital adequados, bem como a gestão efetiva dos riscos de taxas de juros, liquidez e vencimento.

O Banco busca minimizar os riscos associados a descasamentos entre ativos e passivos, combinando, na medida do possível, seus termos de financiamento com a estrutura de vencimento, moeda e taxa de juros dos empréstimos e arrendamentos prorrogados pelo Banco.

A área de tesouraria do Banco é responsável pela diversificação de suas fontes de financiamento, pela administração da disponibilidade de caixa e pelo controle de vencimento, exposição cambial e desencontros de taxas de juros.

A área de tesouraria do Banco segue as diretrizes estabelecidas por seu fórum de ativos e passivos (“ALCO”), que define políticas de financiamento e toma decisões sobre a estrutura de seus ativos e passivos. O ALCO também estabelece medidas de risco “*overnight*” e “*intraday*” afetadas por limites para seus desencontros de vencimentos nas posições de taxa de juros e em moeda estrangeira, levando em consideração seus limites de exposição para cada produto e o segmento de mercado, bem como a volatilidade e as correlações de risco em diferentes mercados.

A Administração entende que o Banco apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Liquidez de Curto Prazo (LCR) do Banco em 31 de dezembro de 2024 era de 675%, quando comparada com a LCR de 31 de dezembro de 2023 de 1.014%. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía R\$ 32.044.168 mil de saldo de captações.



Para maiores informações sobre a capacidade de pagamento do Banco, vide item 2.1(d) abaixo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento do Banco são: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) depósitos a prazo; (iii) letras financeiras; e (iv) cessões de crédito com e sem retenção substancial de riscos e benefícios.

Captação

A tabela a seguir apresenta um resumo dos tipos de financiamento (captações) obtidos pelo Banco até as datas indicadas:

(Em R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Depósitos a prazo e interfinanceiros	24.632.860	26.109.676
Depósitos a vista	376.664	372.156
Cessões de crédito e securitização	4.114.237	2.429.445
Letras financeiras e de crédito		
Sênior	1.764.492	1.329.941
Subordinadas & Perpétuas	1.072.393	1.010.869
LCA & LCI	521	153.978
Repasses	83.001	10.127
Saldo de Captação Total	32.044.168	31.416.192

Depósitos

O Banco busca diversificar seu financiamento, procurando linhas sustentáveis e de longo prazo. Neste sentido, nos últimos anos houve uma mudança no perfil de captação do Banco, visando reforçar a estratégia de redução dos custos de captação.

O Banco acredita que os depósitos com o mercado são uma fonte importante de financiamento. Os depósitos a prazo encerraram 31 de dezembro de 2024 com um saldo de R\$ 24.632.860 mil, representando 76,9% do total de captações do Banco na data e os depósitos à vista encerraram na mesma data com um saldo de R\$376.644 mil. Os depósitos são compostos das seguintes linhas: (i) CDB: depósitos a prazo para varejo e investidores institucionais; (ii) CDI: depósitos interbancários



exclusivamente para instituições brasileiras; (iii) DPGE: depósito a prazo com garantia especial, e (iv) depósitos à vista.

Letras financeiras e de crédito

Em 31 de dezembro de 2024, o Banco tinha R\$ 2.837.406 mil de letras financeiras (LF) e letras de crédito (LCA e LCI) em circulação. Do total de letras financeiras em 31 de dezembro de 2024, R\$ 110.845 mil referem-se a Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas e R\$ 961.548 mil referem-se a Letras Financeiras Subordinadas. Ainda, o Banco tem como estratégia ser um emissor recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional. Em abril e outubro de 2024, concluiu as captações em Letras Financeiras, ambas em montante de R\$ 300 milhões cada.

Cessões de crédito e securitização

O Banco historicamente realizou cessões de crédito com e sem retenção de riscos e benefícios e securitizações de sua carteira de crédito em troca de pagamentos em dinheiro. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco tinha um saldo de R\$ 4.114.237 mil em empréstimos cedidos com retenção de riscos e benefícios a outras instituições financeiras e a investidores institucionais. Ainda, seguindo com a estratégia de ser um emissor recorrente no mercado de capitais, efetuamos em maio e setembro de 2024 as emissões de debêntures sênior via companhia securitizadora com lastro em cartões consignados e cartões consignado de benefício, ambas em montante de R\$ 1 bilhão cada

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Devido às fontes estáveis e diversificadas de captação de recursos do Banco, que incluem uma grande base de depósito de seus clientes conforme detalhado no item 2.1.d acima, o Banco historicamente não teve problemas de liquidez.

Como parte da gestão do risco de liquidez, o Banco possui um plano formal com medidas a serem tomadas em cenários de crise de liquidez sistêmica e/ou decorrentes de eventual risco de imagem do Banco. Esse plano de contingência de liquidez contém parâmetros de atenção, além de medidas e ações preventivas a serem acionadas em momentos de deficiência de liquidez, caso as reservas fiquem abaixo de determinados parâmetros.



Como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas para cobertura de deficiências de liquidez, poderão ser utilizados os seguintes recursos: (i) redução da produção de ativos; (ii) reforço na captação de depósitos; (iii) liquidação de operações de derivativos que possam gerar caixa; e (iv) outras iniciativas de securitização em mercado de capitais reforçando o caixa.

Além disso, em algumas circunstâncias, o Banco poderá obter recursos de emergência do Banco Central do Brasil por meio de uma transação denominada “redesconto”. Redesconto é uma linha de crédito que o Banco Central do Brasil disponibiliza a uma instituição financeira como fonte de liquidez adicional. Os empréstimos de redesconto são garantidos por títulos públicos federais de propriedade da instituição financeira que toma esses recursos emprestados. O montante de títulos públicos federais mantidos por uma instituição financeira como disponíveis para venda limita o valor do empréstimo de redesconto que a instituição financeira pode tomar emprestado.

As operações de redesconto não são comuns no mercado brasileiro e são celebradas, na maioria dos casos, por instituições em dificuldades financeiras. O Banco nunca obteve recursos do Banco Central do Brasil com o uso de operações de redesconto.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em agosto de 2011, o FGC, dentro de seu propósito institucional, concedeu uma linha de crédito ao Banco para viabilizar a aquisição de 100% do capital social do Banco Schahin. O saldo remanescente de tal obrigação é de R\$ 607.995 mil, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2024, e sua liquidação ocorrerá no prazo de 15 anos a contar da data de fechamento do Contrato de Compra e Venda.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que sejam relevantes para o Banco e suas controladas.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas



Conforme indicado no item 2.1(d)(i) acima, o Banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas e Subordinadas Perpétuas que, em 31 de dezembro de 2024, totalizavam R\$ 961.548 mil e R\$ 110.845 mil, respectivamente.

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial ou decretação de falência do Banco, a lei estabelece a ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do Banco, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: (i) dívidas com garantia real, até o limite do valor do bem gravado; (ii) dívidas quirografárias; (iii) dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco; e (iv) dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Banco. Vale dizer que, em relação às dívidas com garantia real, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia, sendo considerados credores quirografários em relação ao sobejo. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, assim como não há grau de subordinação entre os credores da mesma classe de dívida subordinada, preferindo, entretanto, os credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco aos credores de dívidas subordinadas elegíveis a compor o Nível I do Patrimônio de Referência do Banco.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o Sistema Financeiro Nacional, a Resolução do CMN nº 4.019/2011, que dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional, e a Resolução do CMN nº 4.958/2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP).

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade; (ii) de imobilizações, que limita a 50% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente; (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente; e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.



Na data do Formulário de Referência, o Banco e suas controladas cumprem com todas as obrigações e limites estabelecidos pela regulamentação em vigor.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data do Formulário de Referência, o Banco não mantém linhas de crédito pré-aprovadas cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Banco em novas operações de crédito é limitada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 10,5%, sendo que o índice do Banco em 31 de dezembro de 2024 era de 13,2%.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas e das Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco, de acordo com as normas do IFRS, emitidas pelo IASB, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2024	AV	2023	AV	AH
Receita de juros e rendimentos similares	8.743.116	100,0%	7.402.813	100,0%	18,1%
Despesa de juros e rendimentos similares	(4.029.407)	-46,1%	(4.752.834)	-64,2%	-15,2%
Receita líquida de juros	4.713.709	53,9%	2.649.979	35,8%	77,9%
Receita de prestação de serviços	173.042	2,0%	256.211	3,5%	-32,5%
Resultado de participação em coligadas	68.295	0,8%	12.646	0,2%	440,1%
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(1.222.261)	-14,0%	492.371	6,7%	-348,2%



Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.885.183)	-21,6%	(1.555.222)	-21,0%	21,2%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	180.602	2,1%	190.928	2,6%	-5,4%
Despesas gerais e administrativas	(1.696.198)	-19,4%	(1.702.690)	-23,0%	-0,4%
Despesas tributárias	(194.117)	-2,2%	(177.503)	-2,4%	9,4%
Outras receitas (despesas) operacionais	(88.575)	-1,0%	(142.306)	-1,9%	-37,8%
Outros resultados não operacionais	72.607	0,8%	116.840	1,6%	-37,9%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	121.921	1,4%	141.254	1,9%	-13,7%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(400.112)	-4,6%	(152.400)	-2,1%	162,5%
Imposto de renda e contribuição social diferido	557.540	6,4%	298.376	4,0%	86,9%
Lucro líquido do exercício	279.349	3,2%	287.230	3,9%	-2,7%
Atribuível a:					
Controladora do grupo	252.860		267.921		
Participação de não-controladores	26.489		19.309		
Lucro básico e diluído por ação	0,4342		0,4595		

O lucro líquido (atribuível a controladora) do Banco atingiu R\$ 252.860 mil, redução de 5,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 267.921 mil no mesmo período de 2023. A redução no lucro líquido deu-se principalmente em razão do aumento da provisão ao valor recuperável de ativos financeiros, compensada parcialmente pelo aumento das receitas líquidas de juros, combinado a uma gestão mais eficiente de custos. Desde o início de 2023, o Banco vem reestruturando sua estratégia e focando seus esforços na construção de um resultado operacional perene e ROE sustentável.

Receita de juros e rendimentos similares

A receita de juros e rendimentos similares aumentou em 18,1% para R\$ 8.743.116 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 7.402.813 mil no mesmo período em 2023. A receita de juros e rendimentos similares inclui receita de operações de crédito, líquida das despesas de comissão, e operações de títulos e valores mobiliários. Esse aumento na receita de juros da carteira de crédito do Banco foi atribuível, principalmente, ao aumento da carteira do cartão consignado de benefício e do crédito na conta. Como parte da estratégia do Banco de maximizar a geração de valor, foram realizadas cessões sem retenção substancial de riscos e benefícios da carteira de empréstimo consignado, beneficiando as receitas de crédito no período. Ainda, no 2T24 o Banco realizou uma cessão sem retenção de riscos e benefícios de R\$ 1,2 bilhão da carteira de antecipação do FGTS. Por outro lado,



as receitas de crédito foram impactadas pelas reduções da taxa de juros dos produtos consignados ao longo do ano de 2024.

Despesa de juros e encargos similares

A despesa de juros e encargos similares reduziu 15,2% para R\$ 4.029.407 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 4.752.834 mil no mesmo período em 2023. Ao longo dos últimos anos, o Banco vem ampliando o relacionamento com os investidores institucionais, diversificando as fontes de captação através de cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios e emissões de letras financeiras, permitindo melhor gestão do fluxo de vencimento dos ativos e passivos e reduzindo o prêmio de risco das novas captações. Devido a estrutura de *hedge* natural, as despesas de captação oscilam de acordo com a movimentação do IPCA, tendo como contrapartida a linha de receita com operações de títulos e valores mobiliários dentro de receita de juros e rendimentos similares. Ainda, o Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços reduziu em 32,5% para R\$ 173.042 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 256.211 mil no mesmo período em 2023. A redução é justificada pela menor receitas de tarifas do varejo.

Resultado de participação em coligadas

O resultado de participação em coligadas atingiu R\$ 68.295 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 12.646 mil no mesmo período de 2023. Tal aumento é decorrente, principalmente, de um resultado de equivalência patrimonial positivo da Bmg Corretora e da Araújo Fontes, além do menor resultado de equivalência patrimonial negativo da Granito, adquirente vendida pelo Banco cuja operação foi concluída em 2024.

Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros

A perda líquida com ativos e passivos financeiros atingiu R\$ 1.222.261 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a um ganho de R\$ 492.371 mil no mesmo período em 2023,



devido a variação nos indexadores que é compensada nas despesas de juros. O Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros e Recuperação de créditos baixados como prejuízo

A provisão ao valor recuperável de ativos financeiros líquida da recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 24,9%, atingindo R\$ 1.704.581 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a uma despesa de R\$ 1.364.294 mil no mesmo período em 2023.

Despesas gerais e administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais

As despesas gerais, administrativas, tributárias e outras receitas (despesas) operacionais reduziram 2,2% para R\$ 1.978.890 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 2.022.499 mil no mesmo período em 2023. O Banco segue focando na gestão de custos, trazendo mais eficiência tecnológica e operacional nos negócios, consequentemente gerando mais segurança e menor custo de servir. Dentre as principais iniciativas estão: (i) eficiência na utilização da cloud, (ii) arquitetura de micro serviços, (iii) automação de processos e digitalização, (iv) novo sistema de formalização, (v) cultura data-driven, e (vi) inteligência artificial com foco em eficiência. Como exemplo, no período de um ano reduzimos em 90% o tempo de contratação do empréstimo consignado dos nossos clientes. Assim, o Banco mantém sua prioridade com a experiência positiva do cliente e a sua satisfação com os produtos e serviços.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em frentes estratégicas de atuação com quatro pilares jurídicos que visam mitigar a entrada de novas ações e aumentar a taxa de êxito nas ações judiciais já existentes. São eles: (i) projeto de visitas junto ao e Poder Judiciário com o objetivo de esclarecer os produtos existentes do Banco e a atuação no mercado, (ii) combate à advocacia predatória em âmbito nacional, (iii) performance dos escritórios parceiros, e (iv) a constante retroalimentação de fluxos e procedimentos internos, com o objetivo de melhoria contínua na experiência do cliente e redução de novas ações judiciais.

Outros resultados não operacionais

Os outros resultados não operacionais atingiram uma receita de R\$ 72.607 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 116.840 mil no mesmo período em 2023, devido principalmente o resultado bruto negativo devido a marcação a valor justo referente a venda da Bmg



Seguros, o resultado bruto positivo da aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora pela Wiz, e o resultado bruto positivo da venda da Granito.

Imposto de renda e contribuição social

As despesas relacionadas a imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos foram uma receita de R\$ 157.428 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a uma receita de R\$ 145.976 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deveu-se principalmente pelo benefício fiscal pelo pagamento de juros sobre capital próprio e benefício fiscal advindo da Lei do Bem que afetaram ambos os exercícios sociais.

FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO

A tabela a seguir apresenta as principais variações na saída de caixa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme indicado abaixo:

(Em R\$ mil)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades Operacionais	816.866	374.781
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades de Investimento	(271.661)	(316.697)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento	265.025	193.614
Aumento (redução) líquido no caixa	810.230	251.698

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 816.866 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 comparado ao caixa gerado nas atividades operacionais de R\$ 374.781 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais positiva de R\$ 442.085 mil, ou 118,0%, é justificada, principalmente, pela variação em passivos financeiros ao custo amortizado, neutralizados pelos ativos financeiros



mensurados ao custo amortizado e pela variação em TVMs pelo valor justo de outros resultados abrangentes.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$ 271.661 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, comparado a um fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento de R\$ 316.697 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação positiva de R\$ 45.036 mil, ou 14,2%, é justificada principalmente pela aquisição de participação acionária ocorrida em 2023 e que não se repetiu em 2024.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 265.025 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 comparado a um caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento de R\$ 193.614 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação positiva de R\$ 71.411 mil, ou 36,9%, é justificada principalmente pela emissão de letras financeiras.



2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas financeiras do Banco são compostas pelas receitas de juros e rendimentos similares e receitas de prestação de serviços.

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, as receitas de juros e rendimentos similares eram oriundas da carteira de crédito, principalmente das operações de consignado e de varejo PF, já líquidas das despesas de comissão, e dos resultados com títulos e valores mobiliários (TVM). As receitas de operações de crédito estão diretamente vinculadas às taxas de juros cobradas sobre tais operações e à variação da demanda por crédito. As receitas de TVM estão diretamente vinculadas à remuneração de cada título, sendo principalmente atreladas à taxa de juros e inflação no Brasil.

As receitas de prestação de serviços são compostas principalmente: pela receita de intercâmbio advinda do uso para compras dos cartões de crédito, tarifas do varejo e tarifas e fees oriundos do segmento de atacado e das operações em mercado de capitais.

Com base nas demonstrações financeiras em IFRS, a tabela abaixo apresenta os principais componentes da receita para os períodos/exercícios informados:

(em milhares de R\$)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2024
Receita de juros e rendimentos similares	8.743.116
Receitas de prestação de serviços	173.042
Total das receitas	8.916.158

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

Os resultados operacionais do Banco são substancialmente oriundos das operações de consignação e de varejo PF, variáveis macroeconômicas, tais como flutuações nas taxas de juros e inflação impactam diretamente a sua demanda por crédito e a sua capacidade de captação, indicados no item 2.2 (c) abaixo.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A linha de receitas de juros e rendimentos similares, composta principalmente pela receita de crédito e de títulos e valores mobiliários, foram beneficiadas principalmente pelo crescimento da carteira do cartão consignado de benefício e do crédito na conta, e também por conta das cessões sem retenção substancial de riscos e benefícios realizadas, beneficiando as receitas de crédito no ano de 2024. Ainda, também pelo aumento do saldo da carteira de títulos e valores mobiliários no período.

As receitas de prestação de serviços tiveram um decréscimo de 32,5% devido a redução nas rendas de tarifas bancárias.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os resultados operacionais do Banco são oriundos principalmente da concessão de operações de crédito pessoal e consignado, sendo que as seguintes variáveis macroeconômicas podem impactar seus resultados:

- **Taxa de Juros:** um aumento nas taxas de juros eleva também o custo médio da captação pós-fixada do Banco, atrelada ao CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Em um cenário de queda da taxa de juros ocorre o oposto: há uma queda no custo de captação, dado que reduz o custo da parcela pós-fixada da captação.
- **Inflação:** a inflação também é um elemento de efeito direto e indireto sobre a captação, com seu efeito na taxa de juros sendo o mais impactante no que se refere a captação. Diretamente, pois parte do saldo de captação do Banco é pós-fixado atrelado ao IPCA - Índice de Preços ao Consumidor. Indiretamente, pois o principal instrumento de política monetária à disposição do Banco Central do Brasil para mitigar pressões inflacionárias é a taxa de juros. Quando há um aumento generalizado de preços, aumentos na taxa de juros são realizados no intuito de conter a espiral de preços, pois elevam o custo do dinheiro ao longo do tempo. Por outro lado, quando a inflação está ancorada em níveis confortáveis o Banco Central do Brasil tem espaço para cortar a taxa de juros, reduzindo tal custo.



Importante destacar que esses impactos são parcialmente mitigados através de operações de proteção de balanço (*hedge*) e na gestão da precificação no momento da origemação dos ativos.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

O Banco não sofreu alteração que tenham resultado em efeitos significativos com relação a sua prática contábil, preservando o conteúdo e forma de publicação, conforme última demonstração financeira apresentada, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, permanecendo em consonância com as normas aprovadas pela CVM.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O Banco não sofreu alteração que tenham resultado em efeitos significativos com relação a sua prática contábil, preservando o conteúdo e forma de publicação, conforme última demonstração financeira apresentada, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, permanecendo em consonância com as normas aprovadas pela CVM.

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 (“Resolução 4.966”), emitida em 25 de novembro de 2021 e resoluções complementares, introduz novos conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, reconhecimento da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo, reconhecimento da provisão com base na perda esperada, classificação das operações com problemas de crédito, bem como regula a designação e o reconhecimento de operações de hedge pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os impactos da transição são baseados nas melhores estimativas e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da transição sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

O Bmg realizou simulações durante o segundo semestre de 2024 para obter uma melhor compreensão do efeito potencial do novo padrão contábil. A transição para os requerimentos da Resolução 4.966 acarretará, segundo melhores estimativas, uma redução não superior a R\$ 700 milhões do patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.



Maiores detalhes poderão ser encontrados na nota explicativa 2.1 (Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21) das Demonstrações Financeiras em BRGAAP do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

c. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Banco, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi apresentado sem opiniões modificadas, ressalvas ou ênfases.



2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos diretores entendem que o Banco não sofreu nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 27 de maio de 2024, o Banco Bmg celebrou com o Banco Inter S.A. (“Inter”) um “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças”, da totalidade da participação acionária detida pelo Banco, representativas de 50% do capital social da Granito Instituição de Pagamento S.A. (“Granito”). O preço total da Operação é de R\$110 milhões, o qual foi ajustado pela variação de 100% do CDI até a liquidação da operação. A operação foi concluída em 24 de julho de 2024.

Em 05 de setembro de 2024, o Banco Bmg S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Dayprev Vida e Previdência S.A. (“Dayprev”), seguradora pertencente ao grupo do Banco Daycoval S.A., por meio do qual as partes estabeleceram os termos e condições para a alienação, pela subsidiária do Banco, a Bmg Participações em Negócios Ltda., à Dayprev, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Bmg Seguros S.A. Em setembro de 2024, a BMG Seguros S.A. deixou de fazer parte do consolidado, foi classificada como Investimentos mantidos para venda e avaliada a valor justo. A Dayprev pagou o valor de R\$ 92,4 milhões. pela aquisição das ações, o qual está sujeito aos mecanismos de ajuste de preço previstos no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, de modo que o preço de aquisição final deverá ser equivalente a 1,47 vezes o patrimônio líquido da Bmg Seguros na data de fechamento da Operação, limitado a R\$ 94,0 milhões. A Operação foi concluída em 8 de janeiro de 2025.

Em 01 de novembro de 2024, o Banco Bmg S.A., em continuidade ao Fato Relevante e Comunicado ao Mercado publicados, respectivamente, em 06 de agosto de 2020 e 03 de novembro de 2020, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, conforme previsto no contrato de compra e venda de quotas da Bmg Corretora de Seguros S.A. (“Bmg Corretora”), após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e diante do cumprimento das condições estabelecidas nos instrumentos contratuais, a Wiz Co Participações e Corretagem de Seguros S.A. (“Wiz”) exerceu a



opção de compra para aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora. Com a Operação, o Banco, por meio da Bmg Seguridade S.A., passou a deter 51% do capital social da Bmg Corretora.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação ao Banco ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.



2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

As informações deste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 do Banco, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

São também apresentadas no item 2.11 deste Formulário de Referência as informações constantes deste item 2.5 derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 do Banco, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada e as normas estabelecidas pelo Banco Central (“BACEN GAAP”).

a. Informar o valor das medições não contábeis

O Banco divulgou neste Formulário de Referência para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 as seguintes medições não contábeis, derivadas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o IFRSs:

	Exercício findo em 31/12/2024
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)	5,9%
Retorno sobre o ativo médio (ROAA)	0,6%
Margem financeira líquida	9,6%
Índice de eficiência operacional	51,4%
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação sobre carteira média	6,8%

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE)

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio corresponde ao lucro líquido (atribuível a controladora) do período dividido pelo patrimônio líquido (atribuível a controladora) médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.



Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Retorno Sobre o Ativo Médio (ROAA)

O Retorno sobre o Ativo Médio corresponde ao lucro líquido (atribuível a controladora) do período dividido pelo ativo total médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. O Retorno Sobre o Ativo Médio não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Margem Financeira Líquida

A Margem Financeira Líquida é calculada por meio da divisão da (i) receita líquida de juros, acrescida do ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e receitas de prestação de serviços pelos (ii) ativos rentáveis médios dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

A Margem Financeira Líquida não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. A Margem Financeira Líquida não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Eficiência Operacional

O Índice de Eficiência Operacional é definido pela razão entre (i) o somatório das despesas gerais e administrativas com outras despesas operacionais líquidas de receitas e (ii) o somatório da receita líquida



de juros, com o ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros, com receita de prestação de serviços com despesas tributárias.

O Índice de Eficiência Operacional não é uma medida reconhecida pelas IFRSs, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. O Índice de Eficiência Operacional não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Despesa de Provisão sobre Carteira Média

A Despesa de Provisão sobre Carteira Média corresponde a despesa de provisão ao valor recuperável de ativos financeiros, líquida da receita de recuperação de crédito baixado como prejuízo dividida pela carteira de crédito total média dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. A Despesa de Provisão sobre Carteira Média não é uma medida reconhecida pelas IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

b. Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido (atribuível a controladora) no período	252.860
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t)	4.354.800
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t-1)	4.420.375
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t-2)	4.341.618
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t-3)	4.204.852
Patrimônio líquido (atribuível a controladora) no período (t-4)	4.143.010
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	5,9%



Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido (atribuível a controladora) no período	252.860
Ativo total no período (t)	48.437.791
Ativo total no período (t-1)	45.062.141
Ativo total no período (t-2)	46.167.919
Ativo total no período (t-3)	46.147.582
Ativo total no período (t-4)	43.719.364
Retorno sobre o ativo médio	0,6%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Margem Financeira Líquida

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Receita Líquida de Juros	4.713.709
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(1.222.261)
Receita de prestação de serviços	173.042
Margem Financeira Líquida	3.664.490
Ao custo amortizado	
Aplicações no mercado aberto, em depósitos interfinanceiros e títulos e valores mobiliários	8.164.699
Empréstimos e outros valores com instituições financeiras	7.041
Operações de crédito e arrendamento mercantil	26.368.902
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
Títulos e valores mobiliários	5.724.801
Ao valor justo por meio do resultado	
Instrumentos financeiros derivativos	302.282
Títulos e Valores Mobiliários	782.269
Ativo gerador de receita exercício atual t-0	41.349.994

Ativo gerador de receita exercício anterior t-1	37.794.998
Ativo gerador de receita exercício anterior t-2	37.800.625
Ativo gerador de receita exercício anterior t-3	37.702.683
Ativo gerador de receita exercício anterior t-4	35.251.996
Margem Financeira Líquida	9,6%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Índice de Eficiência Operacional

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Despesas gerais e administrativas	(1.696.198)
Outras receitas (despesas) operacionais	(88.575)
Total de Despesas	(1.784.773)
Receita líquida de juros	4.713.709
Ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(1.222.261)
Receitas de prestação de serviços	173.042
Despesas tributárias	(194.117)
Total de Receitas	3.470.373
Índice eficiência operacional	51,4%

Despesa de provisão sobre carteira média

(Em mil de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Provisão ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.885.183)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	180.602
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação	(1.704.581)
Carteira de crédito t-0	26.368.902
Carteira de crédito t-1	24.923.490
Carteira de crédito t-2	24.316.550
Carteira de crédito t-3	25.246.439
Carteira de crédito t-4	23.882.857
Despesa de provisão sobre carteira média	6,8%



Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas.

Retorno sobre ativo médio (ROAA): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos seus ativos.

Margem financeira líquida: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a capacidade do Banco em gerar receita através da gestão de seus ativos rentáveis.

Índice de eficiência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a eficiência do Banco em gerir suas operações, visto que representa a relação entre as despesas operacionais incorridas para a geração de receita.

Despesa de provisão sobre carteira média: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra o custo de risco da carteira de crédito do Banco.

Os indicadores acima mencionados são amplamente utilizados por instituições financeiras no mercado.



2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Em continuidade ao Comunicado ao Mercado divulgado no dia 05 de setembro de 2024, em 05/01/2025 foi concluída a operação de venda, para a Dayprev, da totalidade das ações ordinárias detidas pela Bmg Participações em Negócios Ltda., sociedade controlada pelo Banco, na Bmg Seguros (nota 11) pelo montante de R\$ 92.328 mil.

A Operação faz parte da estratégia do Banco de concentrar esforços na execução das suas principais linhas de negócio, com o objetivo de crescer e gerar resultados sustentáveis aos seus acionistas e demais stakeholders.

O Banco mantém seu foco de atuação em seguridade no varejo, por meio da Bmg Seguradora e da Bmg Corretora, que têm como propósito permitir o acesso simples das pessoas e famílias a uma realidade mais protegida.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024	
a. Regras sobre retenção de lucros	Em linha com a Lei nº 6.404/76 e com o Estatuto Social do Banco, a administração propôs que a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 seja realizada da seguinte forma: • 5%, correspondente a R\$20.998 mil, para a constituição da reserva legal, sendo certo que o atual montante da reserva legal não excedeu o limite de 20% do capital social; • O Banco destinou, durante o exercício social de 2024, o montante de R\$ 215.283 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. A proposta da administração é que tais valores declarados a título de juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, o que resultará em montante superior ao mínimo exigido no Estatuto Social do Banco e na legislação em vigor. • O saldo restante, de R\$ 183.676 mil foi destinado à reserva de lucros. Adicionalmente, o Banco pode destinar parcela do resultado para constituição de reserva de contingência e reserva de incentivos fiscais (decorrente de subvenções governamentais para investimentos). Ressalta-se que tais reservas não foram movimentadas ou não tinham saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Reserva Legal: R\$ 20.998 mil Reserva de lucros: R\$ 183.676 mil.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Juros sobre capital próprio imputados aos dividendos: 51%. Reserva de lucros: 44%

b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social do Banco estabelece que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, a Lei nº 6.404/76 autoriza que o Banco pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei nº 6.404/76, ou seja, de distribuição anual, podendo também o Banco, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Ainda, o Conselho de Administração pode levantar balanço e declarar dividendos, à conta de lucro apurado nesses balanços, em períodos mensais, bimestrais ou trimestrais, respeitado o limite legal. Conforme aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2022, o Conselho de Administração passou a se reunir trimestralmente para deliberar sobre a distribuição de proventos.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei nº 6.404/76, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pelo Banco. Em certas situações, o Banco Central do Brasil poderá, nos termos da regulação em vigor, determinar a adoção de medidas prudenciais preventivas para propor a limitação ou suspensão da distribuição de dividendos em o montante superior aos limites mínimos legais.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	O Banco não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. Contudo, conforme Artigo 40, alínea “b” de seu Estatuto Social, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício social, em consonância com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, deduzindo-se destes dividendos o valor dos juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio. A periodicidade da distribuição de dividendos é anual, entretanto, nos termos do Artigo 41 de seu Estatuto Social, o Banco poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral ou, conforme parágrafo primeiro do referido artigo, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, ou, ainda, conforme parágrafo segundo do referido artigo, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, cuja discussão e deliberação ocorrerá trimestralmente em reunião do Conselho de Administração (conforme aprovado em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 24 de novembro de 2022), respeitado o limite legal.
---	---

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

Os ativos e passivos detidos pelo Banco, direta ou indiretamente, considerados *off-balance sheet*, estão evidenciados na nota explicativa 4.1.1, que faz parte das Demonstrações Financeiras do Banco em IFRS.

Abaixo estão demonstrados os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

(Reais mil)	Exercício social (31.12.2024)
Avais e Fianças	166.970
Créditos a liberar	5.735.837
Total	5.902.807

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais o Banco mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2024.

iii. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2024.



iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial do Banco em 31 de dezembro de 2024.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2024.



2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8 acima, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.



2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2024, o Banco investiu R\$ 331 milhões (crescimento de 11% comparado com o ano anterior) no suporte de sua operação e na melhoria contínua de seus sistemas.

Em 2024, o Banco direcionou sua atenção e recursos para investimentos estratégicos em estabilidade, escalabilidade e disponibilidade, colocando o cliente no centro de suas ações. Buscando proporcionar uma melhor experiência, simplificou a usabilidade de seus produtos e atuou fortemente no aprimoramento da estrutura organizacional, visando maior eficiência. Foi realizada a revisão da arquitetura e modernização do parque tecnológico, digitalização das operações, reestruturação da área de dados, incluindo melhorias na governança, implementação de business agility, revisão de políticas, simplificação e padronização de processos de desenvolvimento, sempre alinhados à estratégia do Banco e ao Plano Diretor de TI.

Neste sentido, destacam-se abaixo alguns investimentos realizados:

- Revisão da estratégia de migração de soluções para AWS, onde o principal foco foi a definição dos padrões a serem adotados para a evolução gradativa das aplicações para a melhor tecnologia possível (cloud nativa ou cloud privada), considerando aspectos de custo, eficiência e disponibilidade, além de ajustes nos sistemas e componentes da infraestrutura atual, visando a estabilização do ambiente e a melhoria da disponibilidade.
- Melhoria no Command Center, aprimorando a abrangência da monitoração. Inovações de destaque em produtos, entre elas, melhorias no empréstimo consignado, antecipação do FGTS e jornadas no WhatsApp, objetivando aprimorar a experiência dos nossos clientes e a rentabilidade; além do novo sistema de formalização, que facilita o cross-sell.
- Simplificação de padrões tecnológicos de arquitetura visando a eficiência operacional e de custos.



- Modernização do parque tecnológico, como migração de Data Center, modernização de mecanismos de segurança, padronização das ferramentas e automatização de processos de negócio.
- Revisão de contratos e atualização de ferramentas, aprimorando a eficiência financeira.
- Constante melhoria da infraestrutura com foco em redes e operações fundamentais, buscando elevar o patamar em termos de disponibilidade e estabilização.
- Criação de grupo de trabalho com foco em aplicações do uso de Inteligência Artificial, que tragam como resultado eficiência operacional, com pilotos em produção e avaliação de iniciativas em outras áreas do Banco.
- Evolução da estrutura e da estratégia de dados como plataforma de decisão, focando em uma cultura Data Driven.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A fonte dos recursos investidos nas soluções de tecnologia é resultado da geração de caixa em razão do exercício regular das atividades do Banco.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data do Formulário de Referência, o Banco não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente as operações do Banco.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas



As pesquisas em andamento já divulgadas são mencionadas no item 2.10 (a), acima.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços são mencionados no item 2.10 (a), acima.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimentos já divulgados são mencionados no item 2.10 (a), acima.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos nos desenvolvimentos de novos produtos ou serviços são mencionados no item 2.10 (a), acima.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Bmg tem o compromisso de tornar a vida de pessoas e negócios mais prósperas, oferecendo produtos certos e educação financeira de forma simples, transparente e justa.

Por isso, ao longo dos anos, reforçamos nossa atuação em ASG, com uma base sólida a partir do compliance, de compromissos públicos e de um plano estratégico ASG alinhado ao negócio.

A Superintendência de ASG reporta-se à Diretoria de Pessoas, Gestão e ASG, ao CEO, ao Comitê de ASG e ao Conselho de Administração, sucessivamente, tendo seus temas endereçados dentro de suas competências.

Em 2024, foi feito o mapeamento de temas materiais para o Bmg, alinhado aos 10 Princípios do Pacto Global da ONU e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Lançamos o “O Assim Se Faz”, um programa de ética e integridade do Bmg, que promove a cultura de conformidade por meio de treinamentos, comunicações e iniciativas estruturadas. O programa inclui o



Canal de Denúncias, que garante anonimato e tratamento independente das ocorrências. Também foi criado o Programa Guardiões da Conformidade que fortalece a governança ao engajar colaboradores na disseminação das boas práticas. O Bmg também aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade do Instituto Ethos, reforçando seu compromisso com a ética e a transparência.

Foi elaborado o 1º Relatório de Sustentabilidade Bmg (2023) no padrão *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Compreendendo a importância de gerar cada vez mais impacto positivo na vida financeira das pessoas e em conformidade com a resolução conjunta nº 8/2023, publicamos a nossa política de Educação Financeira.

No âmbito do Desenvolvimento Social, o Instituto Marina e Flávio Guimarães, impactou 48,2 mil pessoas, fortalecendo seu propósito de capacitar pessoas para promover a transformação pessoal e profissional de suas vidas.

Foram 21 iniciativas desenvolvidas por meio das leis de incentivo, que totalizam o investimento de mais de R\$ 7 milhões. A elas, se somaram outros cinco projetos idealizados e desenvolvidos pelo Instituto, além de doações filantrópicas a centenas de instituições, totalizando cerca de R\$4,5 milhões de recursos próprios investidos.

Projetos em destaque 2024:

- **Educação Financeira com o Bemi:** lançamos o segundo livro de uma série que busca contribuir para a educação de crianças e adolescentes. Em “*Bemi: Lições de Valor – Uma Aventura Financeira*” apresentamos conceitos financeiros como inflação, juros e crédito de uma maneira simples e divertida. Distribuímos 14 mil exemplares em escolas públicas, projetos sociais, para os filhos dos colaboradores do Grupo Financeiro Bmg e aos clientes das nossas lojas.
- **Assessor em crédito e seguros:** capacitação de 370 jovens em situação de vulnerabilidade para atuarem no atendimento ao cliente, principalmente no mercado financeiro.
- **Inclusão Digital e Capacitação Tecnológica para Mulheres:** o projeto Elas na Rede capacitou 77 mulheres no curso de Programação e Novas Mídias, com desenvolvimento de canais digitais para seus pequenos negócios. Na frente voltada para pessoas 50+, foram capacitadas 110 pessoas nos temas inclusão e segurança digital.



Dentro do escopo ambiental, foi realizado o primeiro Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Bmg que recebeu o selo Prata do Programa Brasileiro de GHG Protocol. Além disso, 100% foram neutralizados 100% das emissões nos escopos 1 e 2 referentes a 2023.

Em 2025, o Plano Estratégico de ASG, contempla as seguintes frentes:

- Reforçar critérios de ASG na cadeia de valor;
- Aculturação dos colaboradores e parceiros sobre a pauta ASG;
- Atividades de Educação Financeira, direcionadas aos clientes e comunidade, em conformidade com o cumprimento da Resolução Conjunta nº 8/2023;
- Diretrizes para implementação de diversidade e inclusão atendendo regulamentações e boas práticas de mercado; e
- Atividades de Desenvolvimento Social, focado na capacitação de pessoas em situação de vulnerabilidade social, para promover a transformação em suas realidades, tanto no nível pessoal como profissional.

Por fim, reconhecemos a importância da atuação em rede para o fortalecimento das pautas ASG. Por isso, além de participar dos fóruns específicos em associações setoriais, o Bmg também é signatário de movimentos como Pacto Global da ONU, Agenda Positiva do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Pacto de Promoção pela Equidade Racial, Rede Empresarial de Inclusão Social, Movimento Mulher 360, *Women on Board* (WOB), Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, *OUTstand* Brasil e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra Corrupção (Empresa Limpa) do Instituto Ethos.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Por sermos uma instituição financeira, seguimos a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para preparação das demonstrações financeiras. Dessa forma, além das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, elaboramos demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN GAAP”) que incluem (i) as normas e regulamentos do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional; (ii) a Lei das Sociedades por Ações e (iii) as normas a seguir, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelo Banco Central: CPC 00 (R2) – Pronunciamento conceitual básico; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 24 – Eventos Subsequentes; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 28 – Propriedade para Investimento; CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados; CPC 41 (R1) – Resultado por Ação; CPC 46 (R1) – Mensuração do Valor Justo; e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Apresentamos a seguir informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 do Banco, elaboradas de acordo com as normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As normas aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil divergem em certos aspectos das práticas contábeis adotadas no Brasil (“Princípios Contábeis Brasileiros”), das IFRSs emitidas pelo IASB.

Todas as informações apresentadas neste item 2.11 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM AS NORMAS EMITIDAS PELO BANCO CENTRAL E IFRSs EMITIDAS PELO IASB



As normas da CVM diferem de maneira relevante em vários aspectos em relação às normas do Banco Central do Brasil, inclusive quanto às práticas contábeis adotadas na preparação de informações financeiras. De acordo com as normas da CVM, são adotadas as IFRSs emitidas pelo IASB e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade, uma vez que as instituições financeiras seguem as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN GAAP).

Abaixo, apresentamos as principais diferenças entre a adoção do BACEN GAAP e as IFRSs emitidas pelo IASB nas demonstrações financeiras do Banco:

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa considera a expectativa de recebimento dos recursos de acordo a classificação de riscos dos clientes e considera os dias em atraso das operações.

A norma internacional comparativa é o IFRS 9, vigente a partir de 01 de janeiro de 2018, na qual as provisões são baseadas nas perdas esperadas.

O ajuste divulgado refere-se a despesa maior de provisão para as perdas nas operações de crédito nas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB.

Diferimento de comissão

Nas normas internacionais, as comissões pagas por originação de operações de crédito são amortizadas linearmente pelo prazo de cada operação, ou de forma imediata quando ocorre baixa da operação de crédito, diferentemente das normas do BACEN GAAP que estabelece que as comissões sejam reconhecidas no mesmo momento da saída de caixa

Amortização do ágio de aquisição

Os ativos intangíveis, no BACEN GAAP, são diferidos de acordo com a expectativa de realização destes. Na norma internacional, IFRS 3 – *Business Combination*, não há previsão de amortização do ágio. Contudo, o valor recuperável deve ser avaliado anualmente, ou quando existir indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável.



O ajuste divulgado refere-se ao estorno no resultado e no patrimônio líquido, nas Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB, da despesa de amortização do ágio da aquisição dos Bancos BCV e Cifra.

IFRS 16 – Arrendamento Mercantil

O Grupo adotou a IFRS 16 pelo método de transição retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2019, utilizando-se os seguintes critérios:

- taxa de desconto, considerando uma carteira de contratos;
- cálculo do passivo de arrendamento e do Ativo de Direito de Uso pelo valor presente dos pagamentos remanescentes.

O IFRS 16 – elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento, que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outros Passivos Financeiros) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

O IFRS 17 - Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes: Fluxos de Caixa, Ajuste ao Risco, Margem Contratual e Desconto. O Banco adotou a norma no exercício de 2023.

Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

A norma internacional, IAS 12 – *Income Taxes*, requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidas para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido não qualificado como combinação de negócios e que na data da transação não afetem o resultado e o lucro/perda para fins fiscais.



Considerando os pontos acima mencionados, apresentamos abaixo a reconciliação entre as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB:

	Em R\$ milhões	
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	
	Patrimônio Líquido	Resultado
BACEN GAAP	4.305,6	420,0
Ajustes de IFRS	49,2	(167,1)
Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa	(1.282,6)	(310,4)
Diferimento de comissão	14,3	(6,8)
Tributos diferidos	(91,7)	138,8
Reversão da Amortização do ágio de aquisição	1.017,3	8,8
Reclassificação de títulos de "Ao Valor Justo por meio de	388,2	
Outros Resultados Abrangentes" para "Ao Custo		
Amortizado" (líquido dos efeitos fiscais)		
Outros	3,7	2,5
IFRS	4.354,8	252,9

MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS ELABORADAS EM BACEN GAAP

Abaixo, apresentamos as medições não contábeis com base nas informações contábeis derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em BACEN GAAP.

Medições não contábeis BACEN GAAP (Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)	10,2%
Retorno sobre o ativo médio (ROAA)	0,9%
Índice de Basileia Total	13,2%
Margem financeira líquida	16,2%
Margem Financeira Líquida após o custo do crédito	9,2%
Índice de eficiência operacional	52,8%
Índice de Inadimplência Over90 Carteira Total	4,4%
Lucro Líquido Recorrente	441
Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente	10,7%
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação sobre carteira média	5,5%

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)



Retorno sobre o patrimônio líquido médio corresponde ao lucro líquido do período dividido pelo patrimônio líquido médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

Retorno sobre o ativo médio corresponde ao lucro líquido do período dividido pelo ativo total médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples.

Retorno sobre o ativo médio não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia.

As instituições financeiras brasileiras devem estar aderentes aos requisitos mínimos de capital regulatório, em consonância com as principais diretrizes do Acordo de Basileia III, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil a partir de outubro de 2013, de forma gradual até janeiro de 2019, definindo



diretrizes para apuração do Patrimônio de Referência, dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), além de definição das parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Atualmente, para atendimento dos requisitos mínimos regulatórios, as instituições financeiras devem observar a Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível 1, de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP), além de normas complementares no atendimento a totalidade dos requisitos regulatórios de capital e parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O Patrimônio de Referência (ou capital regulatório) é o montante de capital disponível levado em consideração para fins da determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras e é composto por dois níveis. O capital de Nível I é representado pela composição do patrimônio líquido acrescido pelo saldo de determinadas reservas, rendas e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central, sendo dividido em Capital Principal (deduzidos os Ajustes Prudenciais – abaixo definido) e Capital Complementar. Já o capital de Nível II é composto pelas reservas de reavaliação, reservas de contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, determinados instrumentos de dívida subordinada e híbridos e lucros a realizar relacionados a ajustes no valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda.

Os “Ajustes Prudenciais” foram instituídos pelas diretivas do Acordo de Basileia III com o intuito de melhorar a qualidade do capital de instituições financeiras. Tais ajustes compreendem deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que, em determinadas situações, possam comprometer a qualidade do Capital Principal em decorrência de sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração de valor (“Ajustes Prudenciais”).

Índice de Basileia não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Margem Financeira Líquida e Margem Financeira Líquida após o custo do crédito

A Margem Financeira Líquida é calculada por meio da divisão do (i) resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, excluindo a despesa de comissão e, acrescidas as receitas de prestação de serviços pelos (ii) ativos rentáveis médios dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. Os ativos rentáveis são compostos por: (i) aplicações interfinanceiras, (ii) títulos e valores mobiliários e instrumento financeiros derivativos, exceto aqueles vinculados a operações compromissadas (iii) operações com características de concessão de crédito, e (iv) operações de seguros. A Margem Financeira Líquida após o custo do crédito é calculada por meio da divisão da (i) resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, sem excluir a despesa de comissão, acrescidas as receitas de prestação de serviços, acrescidos da despesa de provisão líquida de recuperação e pelos (ii) ativos rentáveis médios conforme descritos acima. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Margem Financeira Líquida e a Margem Financeira Líquida após o custo do crédito não são medidas reconhecidas pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo, ainda, considerada como base para distribuição de dividendos. A Margem Financeira Líquida e a Margem Financeira Líquida após o custo do crédito não possuem significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Eficiência Operacional

Índice de Eficiência Operacional é definido pela razão entre (i) o somatório das despesas de pessoal com outras despesas administrativas, com outras despesas operacionais líquidas de receitas e (ii) o somatório do resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, com as receitas de prestação de serviços e as despesas tributárias. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Índice de Eficiência Operacional não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. Índice de Eficiência Operacional não possui significado padrão e



a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Índice de Inadimplência

O Índice de Inadimplência corresponde aos contratos vencidos há mais de 90 dias, considerando parcelas vencidas mais vincendas, dividida pela carteira de crédito total na data.

Índice de Inadimplência não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez, e não sendo considerada como base para distribuição de dividendos. Índice de Inadimplência não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Lucro Líquido recorrente

Lucro líquido recorrente corresponde ao lucro líquido do Banco Bmg excluindo eventos não recorrentes do período. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, dentre os principais eventos societários, o Banco reconheceu: o resultado bruto negativo devido a marcação a valor justo referente a venda da Bmg Seguros, o resultado bruto positivo da aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora pela Wiz, o resultado bruto positivo da venda da Granito; e no 2T24 o Banco realizou uma cessão sem retenção de riscos e benefícios de R\$ 1,2 bilhão da carteira de antecipação do FGTS, sendo que parte do resultado dessa cessão foi compensado (i) com uma menor receita de crédito do produto referente a carteira cedida no período acumulado, e (ii) fortalecimento de balanço, tendo sido realizado um provisionamento de comissão e provisionamento sobre causa tributária (para mais detalhes sobre estes eventos vide nota 28 das Demonstrações Financeiras). Excluindo tais efeitos, o Lucro Líquido Recorrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 441 milhões.

Lucro Líquido recorrente não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.



Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente

Retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente corresponde ao lucro líquido recorrente (conforme descrito acima) do período dividido pelo patrimônio líquido médio dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos do final de cada trimestre para o cálculo da média aritmética simples. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, houve eventos não recorrentes citados acima. Excluindo tais efeitos, o ROAE recorrente atingiu 10,7% ao ano.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Despesa de provisão sobre carteira média

Despesa de provisão sobre carteira média corresponde a despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida da receita de recuperação de crédito baixado para prejuízo, dividida pela carteira de crédito total média dos últimos 5 trimestres, considerando os saldos de final de trimestre para o cálculo da média aritmética simples. Receitas e despesas com base na DRE Gerencial.

Despesa de provisão sobre carteira média não é uma medida reconhecida pelo BACEN GAAP nem pelas IFRSs emitidas pelo IASB, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Não possui significado padrão e a sua definição pode não ser comparável com medidas com nomenclaturas semelhantes utilizadas por outras instituições.

Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE)

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido no período	420
Patrimônio líquido no período (t)	4.306
Patrimônio líquido no período (t-1)	4.258
Patrimônio líquido no período (t-2)	4.120
Patrimônio líquido no período (t-3)	3.986
Patrimônio líquido no período (t-4)	3.925
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	10,2%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Retorno sobre o ativo médio (ROAA)

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido no período	420
Ativo total no período (t)	49.576
Ativo total no período (t-1)	46.072
Ativo total no período (t-2)	47.492
Ativo total no período (t-3)	47.188
Ativo total no período (t-4)	44.679
Retorno sobre o ativo médio	0,9%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Índice de Basileia

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Patrimônio de referência	3.736
Patrimônio de referência Nível I	2.850
Ativo ponderado pelo risco	28.279
Índice de Basileia total	13,2%
Índice de Basileia Nível 1	10,1%



Margem Financeira Líquida e Margem Financeira Líquida após o custo do crédito

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.065
Comissões de Agentes ⁽¹⁾	999
Reclassificações gerenciais ⁽²⁾	137
Receitas de Prestação de Serviços	268
Produto Bancário (a)	5.469
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação	(1.382)
Comissões de Agentes ⁽¹⁾	(999)
Custo do crédito (b)	(2.381)
Aplicações Interfinanceiras	200
Títulos de Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, exceto vinculado a operações compromissadas	7.788
Operações com características de concessão de crédito	25.318
Operações com Seguros	97
Ativo gerador de receita no período (t)	33.404
Ativo gerador de receita média (c)	33.689
Margem Financeira Líquida (a/c)	16,2%
Margem Financeira Líquida após o custo do crédito (a+b/c)	9,2%

⁽¹⁾ A despesa de comissões de agentes foi realocada da margem financeira de juros para o custo do crédito e ajustada conforme eventos não recorrentes

⁽²⁾ Reclassificação entre linhas para conciliar com a visão da margem financeira e para melhor visualização dos resultados.

Índice de Eficiência Operacional

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Despesa de pessoal	(438)
Outras despesas administrativas	(1.149)
Outras despesas/ receitas operacionais	(661)
Total de Despesas	(2.248)
Resultado bruto da intermediação financeira antes da provisão e após realocações	4.202



Receita de prestação de serviços	268
Despesas tributárias	(209)
Total de Receitas	4.262
Índice eficiência operacional	52,8%

Índice de Inadimplência

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Operações vencidas Over90	1.148
Carteira de crédito total	26.336
Índice de inadimplência Carteira Total	4,4%

Lucro líquido recorrente

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido no período	420
Cessão carteira de antecipação do FGTS ⁽¹⁾	(6)
Alienação e Valor justo de investimento ⁽²⁾	(70)
Provisões para contingências tributárias ⁽¹⁾	61
Efeitos fiscais	36
Lucro Líquido Recorrente	441

⁽¹⁾ Em 2024 o Banco realizou uma cessão sem retenção de riscos e benefícios de R\$ 1,2 bilhão da carteira de antecipação do FGTS, sendo que parte do resultado dessa cessão foi compensado (i) com uma menor receita de crédito do produto referente a carteira cedida no período acumulado, e (ii) fortalecimento de balanço, tendo sido realizado um provisionamento de comissão e provisionamento sobre causa tributária.

⁽²⁾ Em 2024 o Banco reconheceu o resultado bruto negativo devido a marcação a valor justo referente a venda da Bmg Seguros, o resultado bruto positivo da aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora pela Wiz, e o resultado bruto positivo da venda da Granito.

Retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) recorrente

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido recorrente no período	441
Patrimônio líquido no período (t)	4.306



Patrimônio líquido no período (t-1)	4.258
Patrimônio líquido no período (t-2)	4.120
Patrimônio líquido no período (t-3)	3.986
Patrimônio líquido no período (t-4)	3.925
Retorno sobre o patrimônio líquido médio recorrente	10,7%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Despesa de provisão sobre carteira média

(Em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2024
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.562)
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	181
Despesa de Provisão Líquida de Recuperação	(1.382)
Carteira de crédito no período (t)	26.336
Carteira de crédito no período (t-1)	25.210
Carteira de crédito no período (t-2)	24.276
Carteira de crédito no período (t-3)	24.872
Carteira de crédito no período (t-4)	23.827
Despesa de provisão sobre carteira média	5,5%

Para fins da tabela acima: t = trimestre de referência; t-1 = trimestre anterior; t-2 = dois trimestres anteriores; t-3 = três trimestres anteriores e t-4 = quatro trimestres anteriores.

Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Retorno sobre o patrimônio líquido (ROAE): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas.

Retorno sobre ativo médio (ROAA): o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos seus ativos.

Índice de Basileia: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a solvabilidade do Banco, visto que representa o nível de capital de referência perante os ativos ponderados pelo risco.



Margem financeira líquida e Margem Financeira Líquida após o custo do crédito: o Banco entende que as medições são adequadas pois demonstram a capacidade do Banco em gerar receita através da gestão de seus ativos rentáveis, inclusive após o custo do crédito.

Índice de Eficiência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a eficiência do Banco em gerir suas operações, visto que representa a relação entre as despesas operacionais incorridas para a geração de receita.

Índice de inadimplência: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra a qualidade dos ativos de crédito de acordo com o seu nível de risco.

Lucro líquido recorrente: o Banco entende que a medição é adequada pois reflete o desempenho do Banco no curso normal dos negócios no período em questão, excluindo os eventos não recorrentes.

Retorno sobre o patrimônio líquido recorrente: o Banco entende que a medição é adequada pois é a melhor forma de mensurar sua capacidade de gerar valor a partir dos recursos de seus acionistas, considerando apenas o desempenho do Banco no curso normal dos negócios no período em questão, excluindo os eventos não recorrentes.

Despesa de provisão sobre carteira média: o Banco entende que a medição é adequada pois demonstra o custo de risco da carteira de crédito do Banco.

Os indicadores acima mencionados são amplamente utilizados por instituições financeiras no mercado.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DERIVADAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS DE ACORDO COM BACEN GAAP

Com objetivo de trazer mais transparência para o resultado das empresas controladas pelo Banco Bmg, no ano de 2024 o Banco passou a consolidar as seguintes empresas: Bmg Seguradora, Araújo Fontes, CBFácil e Help Franchising. Dessa forma, passa a apresentar uma melhor visualização e compreensão do desempenho das operações do Grupo Financeiro Bmg. Para efeitos de comparabilidade, as informações do ano de 2023 também foram atualizadas para esta nova visão. Vale ressaltar que a mudança não impacta lucro líquido, qualidade dos ativos e patrimônio líquido.

Os resultados das demais investidas do Banco (Bmg Corretora e outros investimentos) continuam sendo reportados na linha de resultado de equivalência patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desempenho Financeiro

(Em milhões de R\$, exceto %)

Em 31 de dezembro de

	2024	2023
Lucro líquido	420,0	204,7
Lucro líquido recorrente ⁽¹⁾	440,7	204,7
Retorno sobre patrimônio líquido médio - % ⁽¹⁾	10,2%	5,2%
Retorno sobre patrimônio líquido médio recorrente - % ⁽¹⁾	10,7%	5,2%
Retorno sobre ativo médio - % ⁽¹⁾	0,9%	0,5%
Margem financeira líquida - % ⁽¹⁾	16,2%	16,0%
Margem financeira líquida após o custo do crédito - % ⁽¹⁾	9,2%	8,5%
Índice de eficiência operacional ⁽¹⁾	52,8%	57,9%
Ativo Total	49.576,4	44.679,5
Carteira de crédito total	26.336,2	23.827,2
Índice de Inadimplência – Over90 ⁽¹⁾	4,4%	3,5%
Patrimônio líquido	4.305,6	3.925,2
Captação total ⁽²⁾	32.921,9	31.984,0

(1) Os itens acima estão definidos no início deste item no capítulo Medições não contábeis elaboradas em BACEN GAAP.

(2) A composição do saldo de captação está demonstrada no item “2.11 (b) - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas”.

Em 31 de dezembro de 2024 e no exercício social findo em tal data

Desde o início de 2023, o Banco vem reestruturando sua estratégia e focando seus esforços na construção de um resultado operacional perene e ROE sustentável. Isso posicionou o Banco em um novo patamar, com o lucro líquido do Banco atingindo R\$ 420,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, apresentando um aumento de 105,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento no lucro líquido ocorreu principalmente pelo crescimento da margem oriundo dos produtos core, combinado a gestão eficiente de custos, que vem permitindo consistência na entrega de resultados e robustez do balanço.

Excluindo os efeitos não recorrentes descritos acima em “medições não contábeis elaboradas em BACEN GAAP”, o Lucro Líquido Recorrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 440,7 milhões.

A margem financeira líquida após o custo do crédito atingiu 9,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 0,7 ponto percentual em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a margem vem sendo positivamente impactada pela geração de receita recorrente



advinda dos produtos *core* e também pela redução nominal da despesa de provisão de crédito líquida de recuperação, mesmo com o crescimento da carteira no ano.

O índice de eficiência operacional atingiu 52,8% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, melhora de 5,1 pontos percentuais quando comparado com o índice no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. O Banco segue focando na gestão de custos, trazendo mais eficiência tecnológica e operacional nos negócios, consequentemente gerando mais segurança e menor custo de servir. Dentre as principais iniciativas estão: (i) eficiência na utilização da cloud, (ii) arquitetura de micro serviços, (iii) automação de processos e digitalização, (iv) novo sistema de formalização, (v) cultura *data-driven*, e (vi) inteligência artificial com foco em eficiência. Assim, o Banco mantém sua prioridade com a experiência positiva do cliente e a sua satisfação com os produtos e serviços. Além disso, o aumento das receitas também contribuiu para a melhora do indicador.

O patrimônio líquido do Banco era R\$ 4.305,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.925,2 milhões em 31 de dezembro de 2023). O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 10,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e, desconsiderando os eventos não recorrentes citados acima, o ROAE recorrente foi de 10,7% no período.

O ativo totalizava R\$ 49.576,4 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 44.679,5 milhões em 31 de dezembro de 2023), aumento decorrente, principalmente, do saldo maior das operações de crédito e de títulos e valores mobiliários. O retorno sobre o ativo médio atingiu 0,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

O saldo da carteira de crédito total era de R\$ 26.336,2 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 23.827,2 milhões em 31 de dezembro de 2023). O aumento de 10,5% da carteira no ano ocorreu, principalmente, por conta do crescimento dos produtos *core* do Banco, tais como os produtos consignados e crédito na conta, e de outras carteiras. Adicionalmente, visando maximizar o retorno sobre o capital alocado, o Banco adotou estratégia de realizar cessões sem retenção de riscos e benefícios de forma recorrente de parte da originação do empréstimo consignado. Ainda, em 2024, o Banco realizou cessão sem retenção de riscos e benefícios de R\$ 1,2 bilhão da carteira de antecipação do FGTS.

O índice de inadimplência over90 atingiu 4,4% em 31 de dezembro de 2024, aumento de 0,9 ponto percentual em comparação ao indicador de 3,5% apresentado em 31 de dezembro de 2023. A carteira permanece com foco nos *secured loans* (consignados + FGTS) que representam 68% do saldo total.



O saldo de captação era de R\$ 32.921,9 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 31.984,0 milhões em 31 de dezembro de 2023). O aumento no saldo de captação deu-se principalmente pela aproximação do Banco junto a investidores institucionais no âmbito da estratégia de ser um emissor recorrente, visando fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional.

Índice de Basileia

As instituições financeiras brasileiras devem estar aderentes aos requisitos mínimos de capital regulatório, em consonância com as principais diretrizes do Acordo de Basileia III, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil a partir de outubro de 2013, de forma gradual até janeiro de 2019, definindo diretrizes para apuração do Patrimônio de Referência, dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), além de definição das parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Atualmente, para atendimento dos requisitos mínimos regulatórios, as instituições financeiras devem observar a Resolução nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência e Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, além de normas complementares no atendimento a totalidade dos requisitos regulatórios de capital e parcelas de Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A tabela a seguir apresenta as posições de capital do banco em relação ao total de ativos com base em risco, bem como os requerimentos mínimos de capital instituídos pelo BACEN, nas datas indicadas:

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Capital de Referência		
Nível I	2.850,3	2.505,1
Capital Principal	2.739,5	2.394,3
Capital Complementar	110,8	110,8
Nível II	885,4	884,5
Total	3.735,8	3.389,6
Alocação de Capital		
Risco de Crédito	25.748,5	23.121,5
Risco de Mercado	194,5	342,0
Risco Operacional	2.335,8	2.048,3
Exposição ponderada pelo risco	28.278,8	25.511,8
Índice do BIS	13,2%	13,3%
Nível I	10,1%	9,8%
Nível II	3,1%	3,5%



Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia do Banco era de 13,2%, apresentando redução de 0,1 ponto percentual no comparativo com 31 de dezembro de 2023. O saldo de R\$ 885,4 milhões de Letras Financeiras Subordinadas e R\$ 110,8 milhões de Letras Financeiras Perpétuas estão refletidos no Patrimônio de Referência.

b. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento do Banco são: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) depósitos a prazo; (iii) letras financeiras; e (iv) cessões de crédito com e sem retenção substancial de riscos e benefícios.

Captação

A tabela a seguir apresenta um resumo dos tipos de financiamento (captações) obtidos pelo Banco até as datas indicadas:

(Em milhões de R\$)	Em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Depósitos a prazo	25.045,9	26.567,2
CDB	23.523,3	26.154,1
CDI	157,8	49,5
DPGE	1.002,6	-
Depósito à vista	362,3	363,6
Letras financeiras	2.836,9	2.352,9
Sênior	1.764,5	1.342,1
Subordinada	961,5	900,1
Perpétua	110,8	110,8
Securitização e Cessão de Crédito	4.955,5	2.899,8
Letras de crédito LCA & LCI	0,5	154,0
Repasses	83,0	10,1
Saldo de Captação Total	32.921,9	31.984,0

A captação total encerrou 31 de dezembro de 2024 com saldo de R\$ 32.921,9 milhões, apresentando um aumento de 2,9% em relação a 31 de dezembro de 2023. O Banco trabalha na diversificação do *funding*, buscando linhas sustentáveis de forma a garantir o melhor casamento entre seus ativos e passivos. O Banco opera via estrutura própria de captação e via mais de 50 plataformas de distribuição.



Depósitos a prazo

O Banco acredita que os depósitos a prazo com o mercado são uma fonte importante de financiamento. Os depósitos a prazo encerraram 31 de dezembro de 2024 com um saldo de R\$25.045,9 milhões, representando 76,1% do saldo total de captações do Banco na data. O saldo de CDBs teve uma redução no ano como resultado de sua estratégia de focar na diversificação do *funding* e na redução do prêmio de risco. Os depósitos são compostos das seguintes linhas: (i) CDB: depósitos a prazo para varejo e investidores institucionais; (ii) CDI: depósitos; (iii) DPGE: depósito a prazo com garantia especial, e (iv) depósitos à vista.

Letras financeiras e de crédito

Os recursos do Banco provenientes de aceites e da emissão de títulos incluem letras financeiras e letras de crédito. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco tinha R\$ 2.836,9 milhões de letras financeiras e R\$ 0,5 milhão em letras de crédito do agronegócio em circulação. Do total de letras financeiras em 31 de dezembro de 2024, R\$ 110,8 milhões referem-se a Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas e R\$ 961,5 milhões referem-se a Letras Financeiras Subordinadas. Ainda, o Banco tem como estratégia ser um emissor recorrente no mercado de capitais, com o objetivo de aproximar dos investidores institucionais, fomentar a liquidez do Bmg e criar referência de curva de juros no mercado institucional. Em abril e outubro de 2024, concluímos as captações em Letras Financeiras, ambas em montante de R\$ 300 milhões cada.

Securitização e cessão de crédito

O Banco historicamente já realizou cessões de crédito com e sem retenção de riscos e benefícios e securitizações de sua carteira de crédito em troca de pagamentos em dinheiro. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco tinha um saldo de R\$ 4.955,5 milhões em empréstimos cedidos com retenção de riscos e benefícios a outras instituições financeiras e a investidores institucionais. Ainda, seguindo com a estratégia de ser um emissor recorrente no mercado de capitais, efetuamos em maio e setembro de 2024 as emissões de debêntures sênior via companhia securitizadora com lastro em cartões consignados e cartões consignado de benefício, ambas em montante de R\$ 1 bilhão cada.



c. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco, em BACEN GAAP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Com objetivo de trazer mais transparência para o resultado das empresas controladas pelo Banco Bmg, no ano de 2024 o Banco passou a consolidar as seguintes empresas: Bmg Seguradora, Araújo Fontes, CBFácil e Help Franchising. Dessa forma, passa a apresentar uma melhor visualização e compreensão do desempenho das operações do Grupo Financeiro Bmg. Para efeitos de comparabilidade, as informações do ano de 2023 também foram atualizadas para esta nova visão. Vale ressaltar que a mudança não impacta lucro líquido, qualidade dos ativos e patrimônio líquido.

Os resultados das demais investidas do Banco (Bmg Corretora e outros investimentos) continuam sendo reportados na linha de resultado de equivalência patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2024	AV	2023	AV	AH
Receita da intermediação financeira	9.138,4	100,0%	7.426,1	100,0%	23,1%
Operações de crédito	7.635,0	83,5%	6.232,8	83,9%	22,5%
Carteira de Crédito ⁽¹⁾	8.663,9	94,8%	7.102,9	95,6%	22,0%
Comissões de Agentes	(1.028,9)	-11,3%	(870,0)	-11,7%	18,3%
Resultado de operações com títulos e Valores Mobiliários	1.503,4	16,5%	1.193,2	16,1%	26,0%
Despesas da intermediação financeira	(5.243,1)	-57,4%	(3.911,3)	-52,7%	34,1%
Captação no mercado	(3.978,4)	-43,5%	(4.323,3)	-58,2%	-8,0%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.171,9)	-12,8%	487,2	6,6%	-
Operações de empréstimos e Repasses	(92,9)	-1,0%	(75,2)	-1,0%	23,5%
Resultado de Seguros	170,0	1,9%	229,4	3,1%	-25,9%
Resultado da intermediação financeira antes da provisão para perdas associadas ao risco de crédito	4.065,2	44,5%	3.744,2	50,4%	8,6%
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(1.562,2)	-17,1%	(1.649,9)	-22,2%	-5,3%
Recuperação de crédito baixado para prejuízo	180,6	2,0%	192,1	2,6%	-6,0%
Resultado Bruto da intermediação financeira	2.683,7	29,4%	2.286,3	30,8%	17,4%



Outras receitas (despesas) operacionais	(2.130,2)	-23,3%	(2.121,8)	-28,6%	0,4%
Receita de prestação de serviços	267,8	2,9%	316,2	4,3%	-15,3%
Resultado de participações em coligadas e controladas	46,3	0,5%	(1,3)	0,0%	n/a
Despesas com Pessoal	(438,5)	-4,8%	(443,7)	-6,0%	-1,2%
Outras Despesas Administrativas	(1.149,0)	-12,6%	(1.163,8)	-15,7%	-1,3%
Despesas tributárias	(196,1)	-2,1%	(181,9)	-2,4%	7,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(660,6)	-7,2%	(647,3)	-8,7%	2,0%
Resultado Operacional	553,5	6,1%	164,5	2,2%	236,5%
Resultado Não Operacional	68,2	0,7%	(0,0)	0,0%	n/a
Resultado Antes da tributação sobre o lucro e participações	621,7	6,8%	164,4	2,2%	278,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1,1)	0,0%	181,8	2,4%	-
Participação nos lucros	(122,2)	-1,3%	(72,1)	-1,0%	69,5%
Participação de não controladores	(78,4)	-0,9%	(69,5)	-0,9%	12,9%
Lucro líquido	420,0	4,6%	204,7	2,8%	105,2%

(1) A receita da carteira de crédito é a soma do crédito direto ao consumidor pessoal, da carteira comercial e da variação cambial referente a carteira de empréstimo consignado nos Estados Unidos.

Desde o início de 2023, o Banco vem reestruturando sua estratégia e focando seus esforços na construção de um resultado operacional perene e ROE sustentável. Isso posicionou o Banco em um novo patamar, com o lucro líquido do Banco atingiu R\$ 420,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, apresentando um aumento de 105,2% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento no lucro líquido ocorreu principalmente pelo crescimento da margem oriundo dos produtos core, combinado a gestão eficiente de custos, que vem permitindo consistência na entrega de resultados e robustez do balanço.

Excluindo os efeitos não recorrentes descritos acima em “medições não contábeis elaboradas em BACEN GAAP”, o Lucro Líquido Recorrente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 440,7 milhões, crescimento de 115,3% no ano.

Receita com intermediação financeira

A receita com intermediação financeira aumentou em 23,1% para R\$ 9.138,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 7.426,1 milhões no mesmo período de 2023, pelos motivos explicados abaixo. A receita com intermediação financeira inclui receita de operações de crédito (que incluem receita de juros da carteira de crédito do Banco e comissões pagas a bancos terceiros correspondentes) e operações de títulos e valores mobiliários.

Receita com operações de crédito



A receita com operações de crédito é composta da receita de juros da carteira e despesas com comissões de agentes e representou 83,5% do total de receita com intermediação financeira do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. A receita com operações de crédito aumentou 22,5% para R\$ 7.635,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 6.232,8 milhões no mesmo período em 2023.

- Receita de juros da carteira de crédito. A receita de juros da carteira de crédito do Banco no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 aumentou em 22,0% para R\$ 8.663,9 milhões, em comparação a R\$ 7.102,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento na receita de juros da carteira de crédito do Banco foi atribuível, principalmente, ao aumento da carteira do cartão consignado de benefício e do crédito na conta. Como parte da estratégia do Banco de maximizar a geração de valor, foram realizadas cessões sem retenção substancial de riscos e benefícios de empréstimo consignado, beneficiando as receitas de crédito no período. Ainda, no 2T24 o Banco realizou uma cessão sem retenção de riscos e benefícios de R\$ 1,2 bilhão da carteira de antecipação do FGTS. Por outro lado, as receitas de crédito foram impactadas pelas reduções da taxa de juros dos produtos consignados ao longo do ano de 2024.
- Despesas com comissões de agentes. As despesas com comissões de agentes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 aumentaram em 18,3% para R\$ 1.028,9 milhões, em comparação a R\$ 870,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Reforçando a estratégia de reposicionamento no empréstimo consignado, o Banco realizou ações estruturantes nos sistemas, melhorias nos fluxos operacionais, equalizou a forma de pagamento dos produtos consignados com o mercado, passando a pagar parte da comissão à vista, e se aproximou dos originadores em função da qualidade e produção. Com isso, aumentou a originação dos produtos consignados e varejo PF em 21,5% em 2024. Essa linha pode oscilar também pelas condições negociadas das cessões sem retenção de riscos e benefícios realizadas.

Receita com operações de títulos e valores mobiliários

A receita com operações de títulos e valores mobiliários aumentou em 26,0% para R\$ 1.503,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 1.193,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Tal variação deu-se devido a uma atuação mais consistente na tesouraria. Estão inclusas as receitas com Debêntures, CRA, CRI, Notas Comerciais e Fundos que o Bmg tem aplicação com estratégia de mercado de capitais. Ainda, com a estrutura de *hedge* natural, essa



linha tende a oscilar de acordo com a oscilação do IPCA, tendo como contrapartida a linha de despesas de captação.

Despesas com Intermediação financeira

As despesas com intermediação financeira incluem despesas com captações no mercado, resultado com instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e repasses. As despesas com intermediação financeira aumentaram em 34,1% para R\$ 5.243,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 3.911,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, devido ao aumento do saldo de captações e ao aumento na taxa de juros. Ao longo dos últimos anos, o Banco vem ampliando o relacionamento com os investidores institucionais, diversificando as fontes de captação através de cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios e emissões de letras financeiras, permitindo melhor gestão do fluxo de vencimento dos ativos e passivos e reduzindo o prêmio de risco das novas captações. Conforme descrito acima, devido a estrutura de *hedge* natural, as despesas de captação oscilam em decorrência do IPCA, tendo como contrapartida a linha de receita com operações de títulos e valores mobiliários. Ainda, o Banco faz uso de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* próprio e de clientes, visando a proteção de balanço.

Resultado de Seguros

O resultado com operações de seguros atingiu R\$ 170,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, redução de 25,9% em comparação a R\$ 229,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, em especial devido a venda da Bmg Seguros que deixou de ser consolidada a partir de setembro de 2024. Já a Bmg Seguradora apresentou um crescimento de 30,7% no ano, atingindo um resultado de R\$ 127,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito líquida de recuperação de crédito reduziu em 5,2% a uma despesa de R\$ 1.381,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a despesa de R\$ 1.457,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Desde o ano de 2023, o Banco adotou novas políticas e ações de crédito e de cobrança que vem refletindo na qualidade dos ativos. As despesas líquidas de provisão de crédito sobre a carteira média atingiram 5,5% a.a. em 2024, redução de 0,5 p.p. em relação a 2023.



Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Como resultado dos fatores acima, o resultado bruto da intermediação financeira do Banco aumentou em 17,4% para R\$ 2.683,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 2.286,3 milhões no mesmo período em 2023.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras despesas operacionais do Banco apresentaram leve alta de 0,4% para R\$ 2.130,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 2.121,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Considerando apenas as despesas de pessoal, administrativas e operacionais foi observada uma leve redução de 0,3% na comparação anual. O Banco segue focando na gestão de custos, trazendo mais eficiência tecnológica e operacional nos negócios, consequentemente gerando mais segurança e menor custo de servir. Dentre as principais iniciativas estão: (i) eficiência na utilização da cloud, (ii) arquitetura de micro serviços, (iii) automação de processos e digitalização, (iv) novo sistema de formalização, (v) cultura *data-driven*, e (vi) inteligência artificial com foco em eficiência. Como exemplo, no período de um ano reduzimos em 90% o tempo de contratação do empréstimo consignado dos nossos clientes. Assim, o Banco mantém sua prioridade com a experiência positiva do cliente e a sua satisfação com os produtos e serviços.

Além disso, o aumento do resultado de participações em coligadas e controladas é decorrente, principalmente, do aumento do resultado de equivalência patrimonial positivo da Bmg Corretora, além do menor resultado de equivalência patrimonial negativo da Granito, adquirente vendida pelo Banco em 2024. Por fim, a redução da receita de serviços é justificada pela menor receitas de tarifas do varejo e receita de intercâmbio advinda do uso para compras dos cartões de crédito.

Ainda, em relação as ações cíveis massificadas, o Banco segue atuando proativamente em frentes estratégicas de atuação com quatro pilares jurídicos que visam mitigar a entrada de novas ações e aumentar a taxa de êxito nas ações judiciais já existentes. São eles: (i) projeto de visitas junto ao e Poder Judiciário com o objetivo de esclarecer os produtos existentes do Banco e a atuação no mercado, (ii) combate à advocacia predatória em âmbito nacional, (iii) performance dos escritórios parceiros, e (iv) a constante retroalimentação de fluxos e procedimentos internos, com o objetivo de melhoria contínua na experiência do cliente e redução de novas ações judiciais.

Resultado Operacional



Como resultado dos fatores acima indicados, o resultado operacional do Banco aumentou para R\$ 553,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a R\$ 164,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional do Banco atingiu foi positivo em R\$ 68,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a um prejuízo de R\$ 49 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, devido principalmente ao resultado bruto positivo da venda da Granito e o resultado bruto positivo da aquisição adicional de 9% do capital social da Bmg Corretora pela Wiz, deduzidos do resultado bruto negativo devido a marcação a valor justo referente a venda da Bmg Seguros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa relacionada a impostos (imposto de renda, CSLL e imposto de renda e CSLL diferidos) foi de R\$ 1,1 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a uma receita de R\$ 181,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa despesa deveu-se principalmente pelo maior resultado operacional no ano de 2024, mitigado pelo benefício fiscal por conta do pagamento de juros sobre capital próprio e benefício fiscal advindo da Lei do Bem que afetaram ambos os exercícios sociais. Ainda, em 2024 foi efetuado um provisionamento para contingências tributárias no montante de R\$ 60,6 milhões.

Participação nos lucros

A despesa relacionada a participação nos lucros foi de R\$ 122,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 69,5% quando comparado aos R\$ 72,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, devido ao aumento do resultado operacional no período.

Participação de não controladores

A participação de não controladores foi de R\$ 78,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 12,9% quando comparado aos R\$ 69,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.



FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDO

A tabela a seguir apresenta as principais variações na saída de caixa durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme indicado abaixo:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	1.095,3	233,3
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(254,6)	(343,3)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	311,2	178,5
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.151,9	68,4

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$ 1.095,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 comparado ao caixa gerado de R\$ 233,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação de R\$ 862,0 milhões no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais é justificada principalmente pela variação nas captações no mercado aberto e pela variação em obrigações por empréstimos e repasses, parcialmente neutralizados pela variação do caixa aplicado em operações de concessão de crédito, pela variação em títulos e valores mobiliários e pela variação em depósitos.

Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento totalizou R\$ 254,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro 2024 comparado ao caixa aplicado de R\$ 343,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação de R\$ 88,7 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de investimento é justificada principalmente pela aquisição de participação acionária ocorrida em 2023 e que não se repetiu em 2024.



Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 311,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, comparado ao caixa líquido gerado de R\$ 178,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação de R\$ 132,7 milhões no caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento é justificada, principalmente, pela emissão de letras financeiras no ano de 2024, neutralizado pelo pagamento de juros sobre capital próprio.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

As informações abaixo foram incluídas para fins analíticos e devem ser lidas em conjunto com os demais itens da seção 2 do Formulário de Referência, bem como com as Demonstrações Financeiras Consolidadas e com as Demonstrações Financeiras Consolidadas Intermediárias do Banco em BACEN GAAP.

Dados de Balanço Médio e Taxa de Juros

As tabelas abaixo apresentam os saldos médios dos ativos geradores de receita e passivos onerosos do Banco, de outras contas de ativos e passivos, das respectivas receitas e despesas de juros e da taxa/rendimento real médio de cada período. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, os dados do saldo médio anual foram calculados com base na média da soma dos saldos em cinco datas: em 31 de dezembro e no fim dos quatro trimestres anteriores. Da mesma forma, os dados de rendimento/taxa médios foram calculados com base nas receitas e despesas do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme descrito acima.

(Em milhões de R\$, exceto %)	No e referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024		
	Saldo Médio	Receita	Taxa média
Ativos:			
Operações de crédito	24.000,8	7.635,0	31,8%
Carteira de Crédito	24.000,8	8.663,9	36,1%
Comissões de Agentes	-	(1.028,9)	n/a
Operações de Títulos e Valores Mobiliários	12.576,4	1.503,4	12,0%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	89,6	375,2	418,9%
Títulos e Valores Mobiliários	12.486,9	1.128,2	9,0%
Operações de Seguros	530,5	170,0	n/a
Ativos geradores de receita	37.107,7	9.308,4	25,1%
Disponibilidades	644,5		
Relações Interfinanceiras	1.916,5		

(Em milhões de R\$, exceto %)

No e referente ao exercício social findo em
31 de dezembro de 2024

	Saldo Médio	Receita	Taxa média
Instrumentos Financeiros Derivativos	189,5		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.094,0)		
Outros créditos	6.995,7		
Outros valores e bens	555,2		
Investimentos	131,5		
Imobilizado de uso	64,1		
Intangível	491,0		
Ativos não remunerados	9.893,9		
Total de ativos	47.001,6		
	Saldo Médio	Despesas	Taxa média
Passivos:			
Depósitos	27.051,5	(3.102,2)	-11,5%
Depósitos interbancários	138,6	(18,7)	-13,5%
Depósitos a prazo	26.912,9	(3.083,6)	-11,5%
Recursos de aceite e emissão de títulos	6.499,3	(714,9)	--11,0%
Captações no mercado aberto ¹	3.943,0	-	n/a
Obrigações por emissão de letras ²	1.498,9	-	n/a
Dívida subordinada	1.057,4	-	n/a
Empréstimos e Repasses ³	941,8	179,5	n/a
Cessão de Crédito	3.936,0	(433,6)	-11,0%
Operações de Seguros	755,8	-	n/a
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(1.171,9)	n/a
Passivos geradores de despesa	39.184,4	(5.243,1)	-13,4%
Depósitos à vista	357,4		
Relações Interfinanceiras	378,7		
Outras obrigações	2.711,4		
Instrumentos Financeiros Derivativos	121,1		
Passivos não remunerados	3.568,7		
Participação Minoritária	129,5		
Patrimônio Líquido	4.119,0		
Total de passivos e patrimônio	47.001,6		

¹⁾ Esses valores incluem as operações de venda e operações compromissadas.

⁽²⁾ Esses valores incluem as letras financeiras e letras de crédito

⁽²⁾ Inclui também resultado de variação cambial conforme nota 20(c) das Demonstrações Financeiras do Banco.

Variações na Receita e Despesas de Juros – Análise de Volume e Taxa

As seguintes tabelas mostram os efeitos das variações em receita e despesas de juros do Banco resultantes das variações nos volumes médios e rendimentos/taxas médios para os períodos apresentados. O Banco calcula as variações no volume e taxa de juros com base na alteração dos saldos

médios durante o período e variações nas taxas de juros médias em ativos geradores de receita e passivos onerosos. O Banco aloca a variação líquida dos efeitos combinados do volume e da taxa proporcionalmente ao volume e à taxa médios, em termos absolutos, sem considerar os efeitos positivos e negativos.

(Em milhões de R\$)

Em 31 de dezembro de 2024/2023			
Aumento/Redução			
	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/ Taxa ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
Ativos remunerados:			
Operações de crédito	435,1	1.155,1	1.590,3
Carteira de Crédito	435,1	1.155,1	1.590,3
Comissões de Agentes	-	-	-
Operações de Títulos e Valores Mobiliários	20,4	256,8	277,2
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(67,2)	216,9	149,7
Títulos e Valores Mobiliários	87,6	40,0	127,6
Operações de Seguros	-	-	-
Total	455,5	1.412,0	1.867,5
	Volume ⁽¹⁾	Rendimento/ Taxa ⁽²⁾	Variação Líquida ⁽³⁾
Passivos remunerados:			
Depósitos	(90,9)	308,2	217,3
Depósitos interbancários	6,9	(0,4)	6,5
Depósitos a prazo	(229,7)	(36,1)	(265,8)
Recursos de aceite e emissão de títulos	131,8	344,7	476,5
Captações no mercado aberto	-	-	-
Obrigações por emissão de letras	-	-	-
Dívida subordinada	-	-	-
Empréstimos e repasses	-	-	-
Cessões de Crédito	(133,8)	58,3	(75,5)
Operações de Seguros	-	-	-
Total	(92,9)	711,2	618,3

⁽¹⁾ O volume é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior), ponderado pelo impacto da variação do volume somado ao efeito do volume. O efeito do volume é obtido através da multiplicação da variação dos saldos com a taxa do exercício anterior. O impacto da variação do volume é obtido pela divisão do efeito do volume pela soma do efeito do volume e do efeito da taxa.

⁽²⁾ O rendimento / taxa é obtido por meio da variação dos saldos (que é o saldo do exercício atual subtraído o saldo do exercício anterior) multiplicado pela variação das taxas (que é a taxa do exercício atual subtraída a taxa do exercício anterior) ponderado pelo impacto da variação da taxa somado ao efeito da taxa. O efeito da taxa é obtido através da multiplicação da variação da taxa com o saldo do exercício anterior. O impacto da variação da taxa é obtido pela divisão do efeito da taxa pela soma do efeito do volume e efeito da taxa.

⁽³⁾ A variação líquida é obtida pela soma do volume (1) com o rendimento/taxa (2).

Margem Líquida de Juros e Spread

A seguinte tabela demonstra o saldo médio dos ativos geradores de receita e passivos onerosos e receita de juros líquida do Banco, e compara a margem líquida de juros e o spread líquido de juros para o período indicado.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Saldo médio dos ativos geradores de receita	37.107,7
Saldo médio dos passivos onerosos	39.184,4
Receita de juros líquida ⁽¹⁾	4.065,2
Taxa de juros do saldo médio dos ativos geradores de receita	25,1%
Taxa de juros do saldo médio dos passivos onerosos	13,4%
Rendimento líquido em ativos geradores de receita ⁽²⁾	11,7%
Margem Financeira Líquida ⁽³⁾	16,2%

⁽¹⁾ Receita com intermediação financeira menos despesas com intermediação financeira mais operações de seguros.

⁽²⁾ Diferença entre o rendimento médio da média dos ativos geradores de receita (incluindo despesa com comissões de crédito) e o rendimento médio da média dos passivos onerosos.

⁽³⁾ Com base na DRE Gerencial: resultado bruto com intermediação financeira (excluindo despesas de comissões de agentes) antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa mais operações de seguros mais receita com serviços prestados como percentual da média dos ativos geradores de receita.

Retorno de Capital e Ativos

A tabela a seguir apresenta os indicadores financeiros selecionados para o período indicado.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Lucro líquido	420,0
Total de ativos médios	47.001,6
Patrimônio líquido médio	4.119,0
Retorno em ativos médios ⁽¹⁾	0,9%
Retorno de capital médio ⁽²⁾	10,2%
Patrimônio líquido médio como percentual da média do total de ativos	8,8%
Taxa de pagamento de dividendos ⁽³⁾ :	
Total de dividendos declarados mais juros sobre capital próprio ⁽³⁾	215,3
Total de dividendos declarados mais juros sobre capital próprio como % liquidado lucro líquido	51,3%

⁽¹⁾ Lucro líquido como percentual da média do total de ativos.

⁽²⁾ Lucro líquido como percentual do patrimônio líquido médio.

⁽³⁾ No exercício social de 2024 foi declarado apenas juros sobre capital próprio.

Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela abaixo apresenta a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco nas datas indicadas. O Banco declara a negociação e a disponibilidade para venda de valores mobiliários ao seu valor justo e valores mobiliários detidos até o vencimento ao seu custo amortizado de compra mais ganhos acumulados. O Banco apresenta instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo; se o valor justo de um instrumento financeiro derivativo for negativo, esse valor é registrado no passivo. Consulte a nota 2(e) das demonstrações financeiras consolidadas do Banco para uma descrição aprofundada do tratamento títulos e valores mobiliários do Banco.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2024	% do Total
Títulos disponíveis para venda:		
Títulos Públicos Federais	5.234,3	38,7%
Debêntures	406,6	3,0%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	9,4	0,1%
Certificado de Recebíveis Imobiliários	35,9	0,3%
Certificado de Depósito Bancário	52,4	0,4%
Subtotal	5.738,6	42,4%
Títulos para negociação:		
Títulos Públicos Federais	204,5	1,5%
Ações	19,5	0,1%
Cotas de fundos de investimentos	566,1	4,2%
Subtotal	790,0	5,8%
Títulos mantidos até o Vencimento:		
Títulos Públicos Federais	3.860,5	28,6%
Cédula de Produto Rural	17,4	0,1%
Debêntures	465,1	3,4%
Nota Comercial	550,6	4,1%
Títulos no exterior	1.796,2	13,3%
Subtotal	6.689,7	49,5%
Instrumentos financeiros derivativos	302,4	2,2%
Total	13.520,8	100,0%

Distribuição no Vencimento da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

A tabela a seguir estabelece as datas de vencimento contratuais, em 31 de dezembro de 2024, dos títulos e valores mobiliários do Banco disponibilizados para venda, para negociação e mantidos até o vencimento, bem como as datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos que apresentam uma posição de ativo nessa data. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco não detinha valores mobiliários isentos de impostos na sua carteira.

(Em milhões de R\$)

(Em milhões de R\$)		Em 31 de dezembro de 2024								
		Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Em % do Total
Títulos disponíveis para venda:										
Títulos Públicos Federais		-	157,9	521,1	-	1.643,3	60,0	2.852,1	5.234,3	91,2%
Debêntures		-	-	-	-	-	-	406,6	406,6	7,1%
Certificado de Recebíveis do Agronegócio		-	-	-	-	-	-	9,4	9,4	0,2%
Certificado de Recebíveis Imobiliários		-	-	-	-	-	-	35,9	35,9	0,6%
Certificado de Depósito Bancário		52,4	-	-	-	-	-	-	52,4	0,9%
Total		52,4	157,9	521,1	-	1.643,3	60,0	3.304,0	5.738,6	100,0%
Títulos para negociação										
Títulos Públicos Federais		-	204,5	-	-	-	-	-	204,5	25,9%
Ações		19,5	-	-	-	-	-	-	19,5	2,5%
Cotas de fundos de investimento		566,1	-	-	-	-	-	-	566,1	71,7%
Total		585,6	204,5	-	-	-	-	-	790,0	100,0%
Títulos mantidos até o vencimento:										
Títulos Públicos Federais		-	419,4	(17,7)	(9,3)	2.011,8	(23,0)	1.479,3	3.860,5	57,7%
Cédula de Produto Rural		-	-	-	-	17,4	-	-	17,4	0,3%
Debêntures		-	-	-	-	-	-	465,1	465,1	7,0%
Nota Comercial		-	-	-	-	20,2	89,7	440,6	550,6	8,2%
Títulos no exterior		-	-	-	262,6	510,8	-	1.022,7	1.796,2	26,8%
Total		-	419,4	(17,7)	253,4	2.560,2	66,7	3.407,8	6.689,7	100,0%
Instrumentos financeiros derivativos		-	67,8	62,1	23,8	77,3	36,4	35,0	302,4	2,2%
Total		638,0	849,5	565,5	277,2	4.280,7	163,1	6.746,7	13.520,8	100,0%



Instrumentos Financeiros Derivativos

A tabela a seguir estabelece os instrumentos financeiros derivativos do Banco na referida data.

	Em 31 de dezembro de 2024	
	Ativo (passivo)	Valor nominal
	(em milhões de R\$)	
Operações de Swap		
Diferencial a receber	302,4	5.288,4
Diferencial a pagar	(203,4)	4.015,6
Total	99,0	9.303,9

Depósitos Compulsórios do Banco Central do Brasil

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a Resolução BACEN nº 189 de 23 de fevereiro de 2022 e Resolução BCB nº 145 de 24 de setembro de 2021, o Banco mantinha compulsório de depósitos à vista e a prazo no valor de R\$ 1.354,8 milhões.

Operações de Crédito

A tabela a seguir resume a carteira de crédito do Banco em aberto por categoria de operação. Com exceção da carteira de crédito pessoal “Empréstimo Consignado nos Estados Unidos”, todos as operações de crédito do Banco são com tomadores domiciliados no Brasil.

(Em milhões de R\$)	Em 31 de dezembro de
	2024
Tipo de operações de crédito:	
Crédito pessoal ⁽¹⁾	16.725,5
Veículos	0,2
Carteira comercial ⁽²⁾	1.927,4
Operações de crédito cedidas ⁽³⁾	6.648,5
Financiamentos à Importação	16,8
Subtotal	25.318,4
Outros créditos ⁽⁴⁾	1.017,9
Total antes da provisão para crédito de liquidação duvidosa	26.336,2
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.132,0)
Total	25.204,3

⁽¹⁾ Refere-se às carteiras de cartão de crédito consignado, cartão consignado de benefício, empréstimo consignado, , crédito na conta,



cartão de crédito, antecipação FGTS, empréstimo consignado nos Estados Unidos, exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽²⁾ Refere-se às operações de atacado (operações estruturadas e empresas), exceto contratos classificados em outros créditos e financiamento à importação.

⁽³⁾ Refere-se às operações de crédito cedidas de crédito pessoal.

⁽⁴⁾ Refere-se a compras a faturar do cartão de crédito consignado, cartão consignado de benefício e cartão de crédito e a carteira de câmbio e compra de duplicatas.

Os principais tipos de produtos são os seguintes:

Produtos de Varejo:

- **CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO E CARTÃO CONSIGNADO DE BENEFÍCIO.** São os principais produtos do Banco. Trata-se de cartão de crédito consignado a aposentados e pensionistas do INSS e a servidores públicos, cujo pagamento mínimo é descontado diretamente na folha de pagamento a partir dos benefícios e salários. A forma de pagamento via consignação deste produto permite ao Banco praticar taxas significativamente mais baixas do que as cobradas por cartões de crédito tradicionais ou outros créditos pessoais. Além disso, os cartões consignados oferecem benefícios extras para aposentados e pensionistas do INSS, tais como: seguro de vida, auxílio funeral e desconto em farmácias.
- **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO.** Assim como o cartão de crédito consignado, o empréstimo consignado é um produto estratégico para o Banco, dado que permite o relacionamento primário com o cliente e a oferta completa de produtos e serviços. O produto consiste em empréstimos consignados concedidos a aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos cujo pagamento mínimo é deduzido diretamente da folha de pagamento. Ainda, visando maximizar o retorno sobre o capital alocado para o produto, o Banco tem como estratégia realizar cessões sem retenção de riscos e benefícios de forma recorrente de parte da origem do produto.
- **CRÉDITO NA CONTA.** São créditos pessoais cujo pagamento de juros e principal é deduzido diretamente das contas correntes individuais dos aposentados e pensionistas do INSS e de servidores públicos. Esta linha de crédito é complementar às linhas de produtos consignáveis, proporcionando aos clientes acesso a mais uma linha de financiamento caso precisem atender necessidades de crédito emergenciais.
- **CARTÃO DE CRÉDITO.** São cartões de crédito vinculados ao banco digital, incluindo as parcerias com clubes de futebol.



- **ANTECIPAÇÃO FGTS.** É a antecipação do saque-aniversário do FGTS. O saque-aniversário é um opcional que permite a retirada de parte do saldo da conta do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), anualmente, no mês de aniversário de acordo com as faixas de saldo pré-definidas.
- **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NOS ESTADOS UNIDOS.** A Bmg Money, empresa detida por acionistas do Banco, oferece crédito consignado para funcionários do setor público nos Estados Unidos. Essa operação é refletida no Banco em decorrência de acordos de participação (*participation agreements*) celebrados entre Bmg Money e Bmg Cayman, subsidiária integral do Banco, e da consolidação de tal subsidiária nos demonstrativos do Banco.

Produtos de Atacado:

- **OPERAÇÕES ESTRUTURADAS.** Refere-se a antecipação de recebíveis das comissões pagas pelo Banco ao longo do prazo dos contratos originados pelos correspondentes e franqueados, e antecipação de recebíveis dos direitos televisivos dos clubes de futebol.
- **EMPRESAS.** Para empresas nos segmentos de Corporate e Middle Market, o Banco oferece financiamento e prestação de serviços financeiros estruturados, focando em produtos com baixa alocação de capital, como proteção de balanço e serviços de *investment banking* como assessoria em M&A, DCM e ECM.

Produtos Securitários:

- **SEGUROS MASSIFICADOS.** O Banco, por meio das suas subsidiárias indiretas Bmg Corretora de Seguros e Bmg Seguradora, oferece aos seus clientes seguros massificados, incluindo seguro prestamista, de vida e seguro saúde.

Vencimentos da Carteira de Crédito

A tabela a seguir apresenta a distribuição de vencimentos da carteira de crédito por tipo em 31 de dezembro de 2024.



Em 31 de dezembro de 2024

(Em milhões de R\$)

Tipo de operações de crédito	Vincendo							Carteira de crédito Total	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Carteira de crédito após a provisão para crédito de liquidação duvidosa
	Vencido	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Crédito pessoal	1.495,8	2.120,3	580,1	363,2	1.060,6	1.621,4	16.843,8	24.085,2	(1.058,9)	23.026,4
CDC veículos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	(0,2)	0,0
Carteira comercial	33,0	70,7	53,6	88,8	253,8	343,9	1.407,0	2.250,8	(72,9)	2.177,9
Total	1.528,8	2.191,0	633,7	452,0	1.314,5	1.965,3	18.250,9	26.336,2	(1.132,0)	25.204,3

Principais Devedores

As tabelas abaixo fornecem determinadas informações relacionadas aos principais devedores do Banco, de acordo com regras de classificação determinadas pelo Banco Central do Brasil, nas datas apresentadas:

(Em milhões de R\$, exceto %)

	Em 31 de dezembro de	
	2024	% da carteira
Maior devedor	152,2	0,6%
10 maiores devedores sucessivos	710,6	2,7%
20 maiores devedores sucessivos	1.035,0	3,9%
50 maiores devedores sucessivos	1.558,6	5,9%
100 maiores devedores sucessivos	1.831,2	7,0%
Total da carteira de crédito	26.336,2	100,0%

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão do Banco para créditos de liquidação duvidosa destina-se a ajustar o valor da sua carteira de crédito para prováveis créditos de liquidação duvidosa. O Banco determina o valor da sua provisão para créditos de liquidação duvidosa para a sua carteira de crédito seguindo os critérios de risco de crédito estabelecidos pela Resolução Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99.

Créditos baixados para prejuízo

De acordo com a Resolução Conselho Monetário Nacional nº 2.682/99, as operações de crédito com vencimento em até 36 meses e as operações de crédito com vencimento acima de 36 meses são baixados para prejuízo quando estão vencidos há 360 dias e 540 dias, respectivamente.



Inadimplência e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir apresenta um resumo das operações de crédito inadimplentes do Banco (que são classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional) e também na metodologia Over90 (operações de crédito em atraso acima de 90 dias), em conjunto com determinados índices de qualidade de ativos nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2024
Carteira de crédito total	26.336,2
Créditos inadimplentes (“classificados de ‘E’ a ‘H’”)	1.205,5
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.132,0
Baixa para prejuízo líquida de recuperação ⁽³⁾	1.153,5
Créditos inadimplentes como percentual da carteira de crédito total ⁽¹⁾	4,6%
Créditos inadimplentes over90 como percentual da carteira de crédito total	4,4%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual da carteira de crédito total	4,3%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual dos créditos inadimplentes ⁽²⁾	93,9%
Baixa para prejuízo líquida de recuperação como percentual da carteira de crédito total	4,4%

⁽¹⁾ Operações de créditos inadimplentes são créditos classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional como um percentual da carteira de crédito total do Banco.

⁽²⁾ Saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa como percentual de créditos inadimplentes (créditos que são classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional).

⁽³⁾ Saldo refere-se aos Créditos de liquidação duvidosa baixados a débito de provisão menos Créditos recuperados. Essa variação inclui a cessão da carteira em atraso ocorrida no exercício de 2023.

A tabela a seguir apresenta a carteira de crédito total do Banco por produto e os saldos correspondentes dos créditos inadimplentes do Banco em 31 de dezembro de 2024:

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2024		
	Carteira de Crédito Total	Créditos Inadimplentes (E-H)	Créditos Inadimplentes como % da Carteira de Crédito Total ⁽¹⁾
Tipo de Operações de Crédito			
Crédito Pessoal ⁽²⁾	16.725,5	1.087,8	6,5%
CDC – veículos	0,2	0,2	100,0%
Comercial ⁽³⁾	1.927,4	61,7	3,2%
Operações de crédito cedidas ⁽⁴⁾	6.648,5	55,7	0,8%
Financiamentos à importação	16,8	-	0,0%
Subtotal	25.318,4	1.205,5	4,8%

(Em milhões de R\$, exceto %)

Em 31 de dezembro de 2024

	Carteira de Crédito	Créditos	Créditos Inadimplentes como % da Carteira de Crédito Total ⁽¹⁾
	Total	Inadimplentes (E-H)	
Outros Créditos ⁽⁵⁾	1.017,9	-	0,0%
Carteira de crédito total	26.336,2	1.205,5	4,6%

⁽¹⁾ Créditos inadimplentes são créditos classificados como “E” a “H” nos termos dos critérios de riscos creditórios do Conselho Monetário Nacional como um percentual da carteira de crédito total do Banco.

⁽²⁾ Refere-se às carteiras de cartão de crédito consignado, cartão consignado de benefício, empréstimo consignado, crédito na conta, cartão de crédito, antecipação FGTS, e empréstimo consignado nos Estados Unidos, exceto contratos classificados em operações de crédito cedidas e outros créditos.

⁽³⁾ Refere-se às operações de atacado (operações estruturadas e empresas) exceto contratos classificados em outros créditos e financiamento à importação.

⁽⁴⁾ Refere-se às operações de crédito cedidas de crédito pessoal.

⁽⁵⁾ Refere-se a compras a faturar do cartão de crédito consignado, cartão consignado de benefício e cartão de crédito e a carteira de câmbio e compra de duplicatas.

Classificação de Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta a classificação da carteira de crédito total do Banco de acordo com a categoria de risco em 31 de dezembro de 2024, na qual “AA” representa o risco creditório mínimo e “H” representa um risco creditório extremamente alto. Em 31 de dezembro de 2024, 94,2% da carteira de crédito do balanço patrimonial do Banco estava classificado nas categorias de risco creditório “AA”, “A”, “B” ou “C”.

(Em milhões de R\$, exceto %)

Nível de Risco	% da Carteira de Crédito Total	Carteira de Crédito Total	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
AA	1,0%	270,5	-
A	89,7%	23.636,4	141,2
B	2,0%	516,0	5,2
C	1,5%	382,4	11,5
D	1,2%	325,7	38,9
E	0,8%	211,4	63,4
F	0,6%	145,4	72,7
G	0,6%	165,1	115,5
H	2,6%	683,6	683,6
Total	100,0%	26.336,2	1.132,0



Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A tabela a seguir apresenta a evolução da provisão para crédito de liquidação duvidosa do Banco para o período indicado.

<i>(Em milhões de R\$)</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Saldo do início do período	903,9
Constituição da provisão	1.562,2
Baixas para prejuízo (a) ⁽¹⁾	(1.334,1)
Saldo do fim do período	1.132,0
Créditos recuperados (b)	180,6
Valores líquidos incobráveis (a + b)	(1.153,5)

⁽¹⁾ Essa variação inclui a cessão da carteira em atraso ocorrida no exercício de 2023.

Com base nas informações disponíveis com relação aos tomadores de crédito, o Banco acredita que a provisão acumulada do Banco para crédito de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito total do Banco.

Alocação da Provisão para crédito de liquidação duvidosa

As tabelas abaixo estabelecem a alocação da provisão para crédito de liquidação duvidosa nas datas indicadas.

<i>(Em milhões de R\$, exceto %)</i>	Em 31 de dezembro de 2024		
	Provisão alocada	Provisão alocada como % do tipo de operação de crédito	Categoria de empréstimo como % da carteira de crédito total
Tipo de operações de crédito:			
Crédito pessoal	1.058,9	4,4%	91,5%
Financiamento de veículos	0,2	100,0%	0,0%
Comercial	72,9	3,2%	8,5%
Total	1.132,0	4,3%	100,0%

Média de Saldos de Depósitos e Taxas de Juros

A tabela a seguir apresenta a média de saldos de depósitos e a média da taxa de juros paga sobre depósitos para o período indicado.



(em milhões de R\$, exceto %)

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2024	
	Saldo Médio ⁽¹⁾	Taxa de Juros Média ⁽²⁾
Depósitos	27.051,5	-11,5%
Depósitos interbancários	138,6	-13,5%
Depósitos a prazo	26.912,9	-11,5%

⁽¹⁾ Os dados do saldo médio anual foram calculados com base na média da soma dos saldos em cinco datas: em 31 de dezembro, 30 de setembro, 30 de junho, 31 de março e 31 de dezembro de ano anterior, para cada um dos exercícios sociais.

⁽²⁾ A taxa de juros média foi calculada com base nas despesas do período, divididas pelos saldos médios calculados conforme descrito acima.

Vencimento dos Depósitos

As seguintes tabelas estabelecem informações com relação ao vencimento dos depósitos do Banco nas datas indicadas.

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de 2024
	CDB / CDI / Depósito à vista
Vencimento em até 3 meses	2.462,7
Vencimento depois de 3 meses, mas em até 6 meses	3.037,7
Vencimento depois de 6 meses, mas em até 12 meses	4.847,9
Vencimento depois de 12 meses	14.697,6
Total	25.045,9

Recursos de aceite e emissão de títulos

Letras Financeiras e Letras de Crédito: os recursos do Banco provenientes de aceite e emissão de títulos incluem valores mobiliários que o Banco emitiu no Brasil. A tabela a seguir apresenta informações sobre o vencimento das letras financeiras (sênior, subordinadas e subordinada perpétua) e letras de crédito em aberto do Banco por vencimento, na data indicada.

(Em milhões de R\$)

	Em 31 de dezembro de 2024
	LF / LCI / LCA
Vencimento em até 3 meses	6,8
Vencimento depois de 3 meses, mas em até 6 meses	96,4
Vencimento depois de 6 meses, mas em até 12 meses	132,0
Vencimento depois de 12 meses	2.602,2
Total	2.837,4



Índices de Basileia e Requisitos de Capital Mínimo

Em outubro de 2013, entrou em vigor um novo arcabouço regulatório visando a implementação da estrutura do Acordo de Basileia III no Brasil, definindo novo conjunto de requerimentos para instituições financeiras, conforme abaixo.

Com o objetivo de fortalecer a estrutura de capital dos bancos e elevar a resiliência do sistema financeiro, o Acordo de Basileia III introduziu novas definições e exigências de capital que foram implementadas gradualmente até 2019. No Brasil, atualmente, as instituições financeiras, incluindo o Banco, devem manter os seguintes requisitos mínimos obrigatórios: I. Capital Principal de no mínimo 4,5%; II. Nível I de no mínimo 6%; III. Capital Regulatório Total de no mínimo 8%; IV. Capital de Conservação (ACP) de no mínimo 2,5%, totalizando 10,5% de exigência de capital.

O Banco informa seus requerimentos de capital de forma consolidada, incluindo o patrimônio de subsidiárias e afiliadas de propriedade majoritária e minoritária. O Banco calcula seu capital mínimo exigido de acordo com os parâmetros definidos pelas Resoluções nº 4.955 e nº 4.958, ambas de 21 de outubro de 2021. O índice entre o patrimônio de referência em relação aos ativos ponderados pelo risco foi de 13,2% em 31 de dezembro de 2024 e a relação entre o Capital Nível I e o total de ativos ponderados pelo risco era de 10,1% na mesma data. Em 31 de dezembro de 2024, os ativos de liquidez de alta qualidade do Banco totalizavam R\$ 8.322,2 milhões e o seu índice de cobertura de liquidez, calculado por meio do total de ativos de alta qualidade e saídas líquidas por um período de 30 dias (LCR), era de 675%.

A partir de 1º de janeiro de 2025 por meio da Resolução BCB nº 448 e resoluções complementares, o Banco Central do Brasil (BC) promove a transição faseada (*phase in*) para os impactos do IFRS 09 no capital regulatório em sua eventual redução advinda da migração para o novo modelo de provisionamento. A transição se dará entre 2025 e 2028 e será aplicável a todas as instituições autorizadas a funcionar pelo BC que apuram capital regulatório.

O *phase in* ao capital regulatório do impacto da migração sensibilizará as métricas de exposição ao risco.

Exposição do Banco a Variações na Taxa de Câmbio

A maioria das operações do Banco é denominada em Real. Entretanto, conforme informações apresentadas no quadro do item 4.3, o Banco também tem exposição ao risco cambial, tanto em



decorrência de ativos, passivos e itens fora do balanço patrimonial do Banco que são denominados ou indexados a moedas que não sejam o Real, tanto como resultado de negociação quanto no curso regular das atividades bancárias. O Banco busca controlar a exposição às movimentações de taxas de câmbio através do gerenciamento e monitoramento de disparidades de taxa de câmbio relevantes, conforme determina a sua Política de Risco de Mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição líquida consolidada em moeda estrangeira do Banco era de R\$ 4,0 milhões (posição vendida), ou 0,10% do patrimônio de referência do Banco. A exposição líquida consolidada em moeda estrangeira é a diferença entre o total de ativos indexados ou denominados em moeda estrangeira e o total de passivos indexados ou denominados em moeda estrangeira, incluindo instrumentos financeiros derivativos a valor justo.

A posição de moeda estrangeira do Banco também resulta da compra e venda de moeda estrangeira (principalmente dólares norte-americanos) pelo Banco de exportadores e importadores brasileiros, de outras instituições financeiras no mercado interbancário e em operações nos mercados de câmbio spot e futuro. O Banco Central do Brasil regula as posições cambiais do Banco.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição dos ativos, passivos e exposição cambial líquida denominados em moeda estrangeira do Banco era como segue.

(Em milhões de R\$, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2024
Ativos denominados em moeda estrangeira	7.589,9
Passivos denominados em moeda estrangeira	7.585,9
Posição líquida de longo prazo	1.682,4
Posição líquida de curto prazo	3.979,36
Exposição cambial líquida⁽¹⁾	(3,96)
Patrimônio de referência	3.735,8
Exposição cambial líquida como % do patrimônio de referência	0,10%
Exposição cambial líquida máxima regulatória	30,00%

⁽¹⁾ Exposição cambial líquida calculada conforme a Circular nº3641 de 04/03/2013 do Banco Central do Brasil.

O caixa e os disponíveis do Banco em moeda estrangeira estão, principalmente, em dólares norte-americanos. Eventualmente, o Banco também pode possuir valores denominados em outras moedas estrangeiras, porém em baixa relevância, de modo que a exposição cambial do Banco é primordialmente em dólar norte-americano.

Adicionalmente, o Banco celebra contratos de derivativos com outras instituições para gerenciar sua exposição geral, bem como auxiliar clientes no gerenciamento de suas respectivas exposições.



operações envolvem contratos de derivativos, incluindo *swaps* cambiais e futuros. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco possuía R\$ 1.794,2 milhões (em valor nominal) de derivativos cambiais.



Anexo II - Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido (Anexo A da Resolução CVM nº 81)

1. Informar o lucro líquido do exercício.

R\$ 419.957 mil (quatrocentos e dezenove milhões, novecentos e cinquenta e sete mil), conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN GAAP”).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global bruto de R\$ 215.283 mil (duzentos e quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil) foi declarado a título de juros sobre capital próprio, que corresponde ao valor bruto de R\$ 0,3700 por ação ordinária e preferencial de emissão do Banco. Sobre o referido valor foi efetuada a dedução de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto aos acionistas comprovadamente imunes ou isentos, de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 (“Lei 9.249/95”), sendo atribuído o valor líquido de R\$ 0,3145 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco Bmg (“Banco”). Referidos juros a título de remuneração sobre o capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em reuniões realizadas em 28 de março de 2024, 27 de junho de 2024, 30 de setembro de 2024 e 28 de novembro de 2024.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

51% (cinquenta e um por cento).

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já



declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição adicional aos juros sobre capital próprio já declarados.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, uma vez que não haverá distribuição adicional aos juros sobre capital próprio já declarados.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Os juros sobre o capital próprio foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco em (i) reunião realizada em 28 de março de 2024, no valor total bruto de R\$ 49,0 milhões referentes ao primeiro trimestre de 2024, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,0840 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco; (ii) reunião realizada em 27 de junho de 2024, no valor total bruto de R\$ 49,0 milhões referentes ao segundo trimestre de 2024, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,0840 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco; (iii) reunião realizada



em 30 de setembro de 2024, no valor total bruto de R\$ 49,0 milhões referentes ao terceiro trimestre de 2024, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,0840 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco, e (iv) reunião realizada em 28 de novembro de 2024, no valor total bruto de até R\$ 68,6 milhões, referentes ao quarto trimestre de 2024, sendo atribuído o valor bruto de R\$ 0,1180 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco. Os juros sobre capital próprio total efetivamente declarados foram de R\$ 215.283 mil (duzentos e quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil) no ano de 2024.

Sobre os referidos valores foi efetuada a dedução de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, de acordo com o artigo 9º da Lei 9.249/95, sendo atribuído o valor total líquido de R\$ 0,3145 por ação ordinária e preferencial representativa do capital social do Banco.

b. informar a data dos respectivos pagamentos.

Os juros sobre capital próprio, declarado nos termos do item 'a' acima, foram pagos aos acionistas em 16 de maio de 2024, 15 de agosto de 2024, 8 de novembro de 2024 e 18 de dezembro de 2024, respectivamente.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe: (a) lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores; e (b) dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

	Exercício de 2024	Exercício de 2023	Exercício de 2022
Lucro líquido do exercício (em R\$ mil)	419.957	204.661	226.151
Total de ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria	372.696.198	372.696.198	372.696.198
Total de ações preferenciais, excluídas as ações em tesouraria	207.785.904	210.377.214	210.333.681
Lucro líquido do exercício por ação	0,72	0,35	0,41

Total de dividendos e juros sobre capital próprio distribuído (em R\$ mil)	215.283	219.001	184.000
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído por ação	0,3700	0,3756	0,315510800

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

R\$ 20.998 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (b) identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (c) identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (d) identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório: (a) descrever a forma de cálculo prevista no estatuto; (b) informar se ele está sendo pago integralmente; e (c) informar o montante eventualmente retido.

a. O Estatuto Social do Banco estabelece que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (“Lei 6.404/76”), seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório. Em conformidade com a Lei 6.404/76, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, a Lei 6.404/76 autoriza que o Banco pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal).

b. O dividendo mínimo obrigatório do Banco está sendo pago integralmente. Como regra geral, a periodicidade da distribuição de dividendos é anual, entretanto, conforme Artigo 41 do Estatuto Social, o Banco pode declarar dividendos intermediários e intercalares, respeitado o limite legal. Além disso, conforme Fato Relevante divulgado dia 24 de novembro de 2022, o Conselho de Administração do Banco passou a se reunir para deliberar, trimestralmente, sobre declaração de juros sobre o capital próprio.

c. Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia, (a) informar o montante da retenção; (b) descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; e (c) justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências, (a) identificar o montante destinado à reserva; (b) identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) explicar porque a perda foi considerada provável; (d) justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar, (a) informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar; e (b) informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias, (a) descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) identificar o montante destinado à reserva; (c) descrever como o montante foi calculado.



a. A previsão para a destinação das reservas estatutárias está presente no artigo 40 do Estatuto Social do Banco, o qual estabelece que poderá ser proposta pelo Conselho de Administração, a destinação das parcelas dos lucros para constituição de reservas ou retenções previstas em lei ou no próprio Estatuto Social.

b. Após a destinação de reserva legal e destinação dos juros sobre o capital próprio, o saldo remanescente do lucro líquido apurado é de R\$ 183.676 mil (cento e oitenta e três milhões, seiscentos e setenta e seis mil), o qual foi destinado a reserva de lucros.

c. O montante foi calculado com base no total do lucro líquido apurado, descontando-se a base de 5% (cinco por cento) destinada à conta da reserva legal e o montante de 51% (cinquenta e um por cento) de juros sobre o capital próprio.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital, (a) identificar o montante da retenção; (b) fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais, (a) informar o montante destinado à reserva; e (b) explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.

Anexo III – Informações sobre Indicados ao Conselho Fiscal (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Candidatos Indicados pelos Acionistas Controladores

Nome	Roberto Faldini	CPF	070.206.438-68
Data de Nascimento	06/09/1948	Profissão	Administrador de Empresas
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	19/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2025	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV, com especialização em diversas instituições, dentre elas em Gestão Avançada pela Fundação Dom Cabral e INSEAD -Fontainebleau, em Empreendedorismo pela Babson College – Boston, USA, e em Governança Corporativa pela Corporate Governance Board Leadership e pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, do qual foi cofundador em 1995, e onde em 2013 obteve a certificação de Conselheiro de Administração. Foi membro independente do Conselho de Administração da Companhia entre 2013 e 2019. Atualmente, exerce função como Árbitro da Câmara de Arbitragem do Mercado na B3, é membro do Conselho de Administração e Conselho Consultivo de diversas empresas. Em maio de 2020 foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Fernando Antônio Fraga Ferreira	CPF	566.968.176-20
Data de Nascimento	04/07/1965	Profissão	Advogado
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	19/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2025	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e doutorando em ciências jurídicas e sociais pela UMSA/Argentina. Atualmente exerce função de sócio fundador e presidente de conselho de administração da Ferreira e Chagas Advogados, e possui ampla experiência como membro do conselho de administração de sociedades. Em maio de 2020 foi eleito membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Daniel Souza Barros	CPF	775.001.306-78
Data de Nascimento	15/11/1969	Profissão	Empresário
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	Não aplicável
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data de eleição	Não aplicável
Data de posse	Não aplicável	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Não aplicável	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Administrador formado pela PUC/MG e com MBA em Economia pelo IBMEC. É sócio fundador e conselheiro da Young, uma central de relacionamento jovem líder no segmento educacional, em que estruturou as áreas de governança e compliance. Além disso, atuou na liderança de uma plataforma para oferta de crédito consignado de forma digital e automatizada denominada YouBank; na consultoria de gestão educacional, com foco em sustentabilidade e captação de alunos para o ensino superior na Brand U; na definição de estratégias e estruturação da área de parceiros, no credenciamento e gestão de estabelecimentos comerciais (pequeno e médio varejo) da Elavon Financial Services Limited; e na estruturação e desenvolvimento das áreas de CDC (veículos leves e pesados, bem como outros bens), consignados e crédito pessoal do Banco BV.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Fernando Marques Cleto Duarte	CPF	537.752.878-68
Data de Nascimento	19/11/1953	Profissão	Economista
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	19/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2025	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em direito pela Universidade de São Paulo (USP). Atuou como membro do conselho fiscal da Alpargatas S.A., como consultor na diretoria de controle fiscal e societário do Itaú Unibanco S.A. e, por dois mandatos consecutivos como conselheiro indicado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras/Febraban no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Atualmente presta consultoria em assuntos tributários, societários e regulatórios e é professor de MBA. Em maio de 2020 foi eleito membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Mirtes Kinuko Yamamoto	CPF	940.224.708-44
Data de Nascimento	23/10/1956	Profissão	Administradora Pública
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	01/09/2020
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data de eleição	26/04/2024
Data de posse	19/06/2024	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2025	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduada em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em direito pela Universidade de São Paulo (USP), possui MBA em controladoria pela USP e MBA em gestão contemporânea pela FGV. Atuou de 1993 a 2019 no Banco Central do Brasil, gerindo equipes de supervisão de bancos médios e pequenos, privados, nacionais e estrangeiros, nos diversos segmentos de atuação, bem como equipes de supervisão de financeiras e de administradoras de consórcios. Em maio de 2020 foi eleita membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Antonio Patrus de Sousa Neto	CPF	094.373.516-51
Data de Nascimento	18/06/1989	Profissão	Administrador
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	Não aplicável
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data de eleição	Não aplicável
Data de posse	Não aplicável	Indicado pelo controlador	Sim
Prazo do mandato	Não aplicável	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em ciências contábeis pela FUMEC e em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especializações voltadas para direito empresarial e societário. Atualmente, é Diretor Financeiro da Bossa Nova Investimentos e Administração S.A., com vasta experiência no mercado de startups, contabilidade empresarial e administração de empresas. Atuou como consultor jurídico em direito empresarial, principalmente em questões de planejamento familiar, tributário, societário e imobiliário.			
Declaração de eventuais condenações			
Declarou à Companhia que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e à condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da regulamentação vigente.			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Candidatos indicados para eleição em separado de acionistas preferencialistas

Nome	Luciano Luiz Barsi	CPF	082.430.928-62
Data de Nascimento	não informado	Profissão	Contador
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	Não aplicável
Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal	Data de eleição	Não aplicável
Data de posse	Não aplicável	Indicado pelo controlador	Não
Prazo do mandato	Não aplicável	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em ciências contábeis pela FMU, com especialização voltadas para a controladoria de empresas. Atualmente, é Diretor Administrativo e Financeiro da Blossom Consultoria e Assessoria S.A., com vasta experiência em reestruturações e implantações nas áreas de Finanças, Controladoria e Operações. Atualmente atua como CFO e é professor no curso de Pós-Graduação pela PUC-RS em controladoria.			
Declaração de eventuais condenações			
Não há			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			

Nome	Jean Carlo Milanez Melo	CPF	050.391.546-74
Data de Nascimento	25/08/1982	Profissão	Executivo
Órgão	Conselho Fiscal	Data de início do primeiro mandato	Não aplicável
Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal	Data de eleição	Não aplicável
Data de posse	Não aplicável	Indicado pelo controlador	Não
Prazo do mandato	Não aplicável	Membro Independente	Não aplicável
Experiência profissional			
Graduado em ciências da computação pela FUMEC, com especializações voltadas para mercado de capital e derivativos. Atualmente é Sócio e Co-CEO da AGF. Possui uma trajetória consolidada na área de tecnologia da informação, infraestrutura e segurança cibernética.			
Declaração de eventuais condenações			
Não há			
Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (i) os candidatos indicados; (ii) os candidatos indicados e administradores de controladas, diretas ou indiretas do Banco; (iii) os candidatos indicados e os controladores diretos ou indiretos do Banco; (iv) candidatos indicados e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Banco.			
Não há.			
Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos indicados e (i) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social; (ii) controlador direto ou indireto do emissor; (iii) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.			
Não há.			



Anexo IV - Proposta de Remuneração dos Administradores (item 8 do Formulário de Referência)

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco possui uma Política de Remuneração dos seus Administradores (“Política de Remuneração”), aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2024, que contém os requisitos a serem cumpridos pelo Banco para um cenário de adequada gestão de riscos em atendimento às regulamentações aplicáveis, em particular a Resolução 5.177 de 26 de setembro de 2024 do Conselho Monetário Nacional

A Política de Remuneração foi construída com base nos seguintes princípios:

- (i) a remuneração deve incentivar uma visão de negócio de longo prazo, o desenvolvimento de uma responsabilidade sustentável, social e corporativa, bem como o alinhamento dos interesses dos administradores aos interesses de longo prazo do Banco e de seus *stakeholders*;
- (ii) a estrutura de remuneração deve contribuir para um efetivo controle de risco e desestimular a tomada de riscos indesejáveis;
- (iii) a remuneração deve permitir o recrutamento e retenção de participantes com as capacidades adequadas e ser compatível com o mercado de atuação do Grupo Bmg;
- (iv) os níveis de remuneração devem criar uma cultura baseada no desempenho, devendo ser consistentes com os resultados sustentáveis alcançados e práticas de mercado considerando conglomerados financeiros de perfil similar ao do Bmg;



- (v) a remuneração deve ser estruturada de forma a incentivar uma conduta em conformidade com os valores fundamentais do Grupo Bmg e alinhada ao perfil de risco desejado;
- (vi) os métodos, princípios e objetivos da estrutura de remuneração variável devem ser transparentes para todos os participantes;
- (vii) a relação entre remuneração fixa e variável deve ser adequada à responsabilidade da função e objetivo de atuação do participante; e
- (viii) a remuneração deve ser aderente às exigências regulatórias aplicáveis ao pagamento de remuneração para participantes de instituições financeiras.

Não obstante a Política de Remuneração em vigor, o Plano de Outorga de Ações do Grupo Bmg (“Plano”), aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, reformado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 e posteriormente reformado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, estabelece os termos e condições gerais para o recebimento, por participantes e determinados empregados estratégicos do Grupo Bmg, de remuneração variável diferida, paga em ações preferenciais de emissão do Banco, com o objetivo principal de (i) estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo nos colaboradores e, consequentemente, gerar um maior alinhamento entre seus interesses e os interesses dos acionistas do Banco; (ii) possibilitar o Banco atrair e reter talentos; e (iii) maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Anualmente, a área de remuneração elabora um Relatório de Remuneração dos Administradores, que é submetido ao Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e ao Conselho de Administração do Banco.

Esse relatório deve ser aprovado por todos os membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e pelo Conselho de Administração e tem como objetivo apresentar todas as responsabilidades e ações que foram realizadas durante o ano.

Além disso, anualmente, a Política de Remuneração é validada no Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e no Conselho de Administração, com o objetivo de manter a consistência entre a remuneração praticada, os parâmetros definidos e as metas atribuídas aos Administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração individual atribuída a cada membro da Administração leva em consideração (i) a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto; (ii) as responsabilidades assumidas por cada um em suas respectivas funções, bem como os riscos a elas inerentes; (iii) os valores praticados pelo mercado; e (iv) alinhamento com os interesses do Banco, buscando criar valor para os seus acionistas e investidores.

O Banco contrata periodicamente empresas especializadas para a realização de pesquisas de mercado, visando manter os valores atribuídos a cada um de seus Administradores alinhados com aqueles praticados pelo mercado, considerando o mercado competidor, empresas de porte semelhante, complexidade das responsabilidades e o alinhamento com a estratégia dos acionistas.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Política de Remuneração é, anualmente, revisada pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e submetida para aprovação do Conselho de Administração do Banco.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Conselho de Administração



A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta apenas por parcela fixa mensal, podendo eventualmente existir pagamentos de honorários extras e não havendo remuneração variável. A remuneração fixa está alinhada com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos diretores estatutários está definida com base na estratégia de remuneração total definida pelo Banco e os valores praticados pelo mercado, conforme pesquisa realizada periodicamente por consultoria especializada.

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma parcela fixa e uma parcela variável. A parcela fixa é definida de acordo com as responsabilidades e atribuições do cargo e tem como referência a prática de mercado e equidade interna. A parcela da remuneração variável está atrelada ao resultado do Grupo Bmg e performance individual do Diretor que consiste no atingimento de metas estratégicas e aderência às competências institucionais. Esta é dividida em Incentivo de Curto Prazo e Incentivo de Longo Prazo, em consonância com as regulamentações aplicáveis, em particular a Resolução 5.177 de 26 de setembro de 2024, do Conselho Monetário Nacional.

Conselho Fiscal

O Banco possui um Conselho Fiscal de funcionamento permanente e a remuneração dos seus membros é composta apenas por parcela fixa mensal, não havendo remuneração variável. O valor da remuneração fixa é estabelecido de acordo com as práticas de mercado e observados os parâmetros estabelecidos pela Lei 6.406/76.

Comitês

Os membros dos comitês do Banco não recebem remuneração específica pela atuação nestes.

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A Política de Remuneração se alinha aos interesses do Banco, pois ao mesmo tempo que estimula o engajamento dos membros da administração, estabelece premissas compatíveis com a gestão de risco, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazo. Busca-se, de um lado, o



crescimento e lucratividade sustentável dos negócios do Banco e, de outro lado, o reconhecimento da contribuição dos executivos ao desenvolvimento do Banco.

Além disso, a remuneração dos diretores tem como estratégia o balanceamento de todos os componentes da remuneração total, sendo o incentivo de curto prazo representando até 50% da remuneração variável e o incentivo de longo prazo representando o restante da remuneração variável total. O principal objetivo dessa estratégia é equilibrar e reconhecer o desempenho dos diretores no curto, médio e longo prazo, respeitando a Política de Riscos do Banco e as normas do Banco Central do Brasil.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os três últimos exercícios sociais:

31/12/2024				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	47%	14%	39%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

31/12/2023				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	46%	22%	32%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

31/12/2022				
Órgão	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	44%	31%	25%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	100%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Parcela Fixa

A parcela fixa da remuneração devida aos administradores é estabelecida utilizando como referência a estrutura salarial, sendo esta balizada por (i) pesquisas de mercado periódicas realizadas junto a instituições financeiras do mesmo porte e, sempre que possível, do mesmo setor ou mercado de atuação do Banco; (ii) conhecimento e experiência para a posição; e (iii) responsabilidade por resultados inerentes à função exercida.

Remuneração Variável – Montante Global

Para a determinação do montante global da remuneração variável dos Diretores Estatutários, são considerados os seguintes fatores: (i) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo; (ii) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (iii) o resultado do Banco, em particular a meta de lucro líquido recorrente; e (iv) o balanceamento entre a remuneração fixa e a remuneração variável, de forma que a remuneração total dos Diretores Estatutários seja equilibrada e competitiva no mercado, sendo que, da remuneração variável anual, no mínimo 50% será de incentivo de longo prazo, podendo excetuar dessa regra os administradores cuja remuneração variável seja inferior a 10% da remuneração total.

Com base nestes critérios, o Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura realiza uma avaliação do montante global da remuneração variável, a qual deve ser submetida ao Conselho de Administração para a sua aprovação e, uma vez aprovada pelo Conselho de Administração, submetida à Assembleia Geral do Banco.

Remuneração Variável – Montante Individual

A remuneração variável de cada Diretor Estatutário será baseada na combinação dos seguintes fatores (i) desempenho individual do Diretor Estatutário associado aos parâmetros de mercado; (ii) desempenho da unidade de negócios; (iii) desempenho do Banco; e (iv) a relação entre os desempenhos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) e os riscos assumidos.



O desempenho dos Diretores Estatutários é avaliado, no mínimo, anualmente, com base em uma combinação de metas individuais, coletivas e de competências, as quais indicam os resultados esperados do Diretor Estatutário, a fim de contribuir para os planos anuais, para a estratégia de longo prazo e para o perfil de risco da instituição. Ao determinar os resultados, os riscos associados a este desempenho são levados em consideração para evitar a tomada de riscos indesejáveis.

De forma a evitar conflitos de interesse, a remuneração variável do Diretor Estatutário responsável pelas áreas de controle interno, gestão de riscos, auditoria e conformidade deve ser determinada independentemente do desempenho financeiro do Banco e das áreas de negócios, seguindo a orientação da Resolução nº 5.177, de 26 de setembro de 2024, e da Resolução nº 4.595, de 28 de agosto de 2017, ambas do Conselho Monetário Nacional. As medidas do desempenho desse Diretor Estatutário serão baseadas predominantemente nos seguintes parâmetros: (i) desempenho da área a que pertence o respectivo Diretor Estatutário; e (ii) avaliação das entregas individuais do Diretor Estatutário.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Remuneração fixa

A remuneração dos administradores é determinada a partir do uso de parâmetros internos (estrutura salarial) e parâmetros externos (pesquisa salarial), sendo considerado também o grau de responsabilidade envolvido no cargo de cada indivíduo. Além disso, ao estabelecer a remuneração fixa, o Banco leva em consideração as qualificações e experiências de cada indivíduo no exercício de sua função.

Remuneração variável

Conforme mencionado acima, a remuneração variável de cada Diretor Estatutário é baseada na combinação dos seguintes fatores (i) desempenho individual do Diretor Estatutário associado aos parâmetros de mercado; (ii) desempenho da unidade de negócios; (iii) desempenho do Banco; e (iv) a relação entre os desempenhos mencionados nos itens (i), (ii) e (iii) e os riscos assumidos.

O desempenho individual dos Diretores Estatutários é avaliado, no mínimo, anualmente, com base em metas pré-estabelecidas e competências aderentes à cultura do Banco.



O desempenho do Banco é avaliado, dentre outros, pela evolução do lucro líquido recorrente do conglomerado financeiro Bmg.

As metas e pesos de cada um dos indicadores de desempenho são revisados anualmente. O processo de gestão de desempenho estabelecido contribui para atingimento dos objetivos de negócio do Banco.

Os resultados esperados (metas da organização definidas) são projetados a partir da análise dos riscos associados a este desempenho, com objetivo de mitigar a tomada de riscos indesejáveis. Isto baseia-se em (i) projeções de resultados, que define a ambição da organização, lista de metas e valores; (ii) código de ética e conduta do Banco, que descreve as regras de conduta que tipificam a organização; e (iii) as políticas de gestão de riscos, que tratam sobre risco de capital, crédito, liquidez, mercado e operacional.

No ano de 2024 não houve metas com base em indicadores ligados a questões ASG.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração proposta considera a estratégia de remuneração do Banco, a estrutura salarial do Banco, experiência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, parâmetros externos que são oriundos de pesquisas salariais recorrentes, considerando o mercado competidor e o alinhamento com a estratégia dos acionistas.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária que não sejam remunerados.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos do Banco. Todo o processo de remuneração é praticado pelo Banco.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração Prevista para o Exercício de 2025 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	13,00	6,00	28,00
Nº de membros remunerados	9,00	13,00	6,00	28,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	18.842.881,89	20.239.250,11	751.033,01	39.833.165,01
Benefícios direto e indireto	1.017.710,92	4.987.873,63	2.903,95	6.008.488,50
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.666.860,94	0,00	17.666.860,94
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em a��es, incluindo opções	0,00	13.491.485,55	0,00	13.491.485,55
Observa��es	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	

Total da remuneração	19.860.592,81	56.385.470,23	753.936,96	77.000.000,00
-----------------------------	---------------	---------------	------------	---------------

Remuneração Reconhecida no Exercício de 2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,92	11,83	6,00	26,75
Nº de membros remunerados	8,92	11,83	6,00	26,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.617.833,33	15.396.362,57	672.000,00	24.686.195,90
Benefícios direto e indireto	1.398.731,07	5.237.031,04	2.514,36	6.638.276,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	6.184.516,74	0,00	6.184.516,74
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	340.000,00	0,00	340.000,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	17.690.745,60	0,00	17.690.745,60
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	10.016.564,40	44.848.655,95	674.514,36	55.539.734,71

Remuneração Reconhecida no Exercício de 2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	10,42	6,00	25,42
Nº de membros remunerados	9,00	10,42	6,00	25,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.735.000,00	13.723.197,33	672.000,00	22.130.197,33
Benefícios direto e indireto	837.194,74	5.409.834,63	3.174,60	6.250.203,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	12.069.545,04	0,00	12.069.545,04
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	5.568.946,26	0,00	5.568.946,26
Baseada em a��es, incluindo opções	0,00	17.283.238,00	0,00	17.283.238,00
Observa��es	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 17.283.238,00 foi provisionado no exercício de 2023.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administra��o, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remunera��o	8.572.194,74	54.054.761,26	675.174,60	63.302.130,60

Remuneração Reconhecida no Exercício de 2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,67	13,17	6,00	27,84
Nº de membros remunerados	8,50	12,50	6,00	27,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.978.666,70	15.099.640,32	658.000,00	21.736.307,02
Benefícios direto e indireto	1.075.561,17	4.230.356,15	2.695,64	5.308.612,96
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	10.169.080,20	0,00	10.169.080,20
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	672.648,91	0,00	672.648,91
Descrição de outras remunerações variáveis		O valor lançado em Outros refere-se a bônus de contratação		O valor lançado em Outros refere-se a bônus de contratação
Benefícios				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	5.644.780,20	0,00	5.644.780,20
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	8.505.998,95	0,00	8.505.998,95
Observações	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor de R\$ 8.505.998,95 foi provisionado no exercício de 2022. Ainda, em razão do	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025- CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	

		compromisso assumido pelo Banco com a B3, de não reduzir o <i>free float</i> , conforme detalhado no fato relevante divulgado no dia 09/02/2023, o pagamento da parcela diferida referente ao Plano de Outorga de Ações do Grupo Bmg, provisionados em 2022, com vencimento em março de 2023, foi realizado em dinheiro.		
Total da remuneração	7.054.227,87	44.322.504,73	660.695,64	52.037.428,24

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL PREVISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,00	13,00	6,00	28,00
Nº de membros remunerados	0,00	13,00	0,00	13,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	8.833.430,47	0,00	8.833.430,47
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	26.500.291,41	0,00	26.500.291,41
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0,00	17.666.860,94	0,00	17.666.860,94
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	17.666.860,94	0,00	17.666.860,94

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO DE 2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,92	11,83	6,00	26,83
Nº de membros remunerados	0,00	11,83	0,00	11,83
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	12.590.150,32	0,00	12.590.150,32
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	18.885.225,49	0,00	18.885.225,49
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0,00	15.737.687,90	0,00	15.737.687,90

Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	6.184.516,74	0,00	6.184.516,74
--	------	--------------	------	--------------

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO DE 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,00	10,42	6,00	25,42
Nº de membros remunerados	0,00	10,42	0,00	10,42
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	11.600.879,03	0,00	11.600.879,03
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	17.401.318,55	0,00	17.401.318,55
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0,00	14.501.098,79	0,00	14.501.098,79
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	12.069.545,04	0,00	12.069.545,04

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL RECONHECIDA NO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	8,67	13,17	6,00	27,84
Nº de membros remunerados	0,00	12,50	0,00	12,50
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	9.935.505,22	0,00	9.935.505,22
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	14.903.257,83	0,00	14.903.257,83
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0,00	12.419.381,52	0,00	12.419.381,52
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	10.169.080,20	0,00	10.169.080,20



8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais:

O Plano de Outorga de Ações do Grupo Bmg (“Plano”) é aplicável ao Banco, suas controladas e empresas sob controle comum com o Banco (“Grupo Bmg”) e tem por objetivo permitir que os diretores e determinados empregados do Grupo Bmg (“Colaboradores”) recebam ações preferenciais de emissão do Banco (“Ações”).

O Conselho de Administração pode aprovar Programas de Outorga de Ações (“Programas”) em que serão definidos os Colaboradores elegíveis, os termos e as condições da outorga e da liberação de Ações, observados os limites estabelecidos no Plano.

Os Colaboradores participantes de cada Programa são indicados pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura do Banco e aprovados pelo Conselho de Administração (“Participantes”). Os Participantes devem assinar um Termo de Adesão, que estabelecerá os termos e condições específicos de sua participação no Programa para o qual foi eleito, incluindo as metas e objetivos aplicáveis.

A outorga das Ações ao Participante ocorrerá na data de pagamento do Programa de Participação de Resultados da Companhia (“Data da Outorga”), com base no preço unitário de referência das Ações determinado 10 (dez) dias úteis antes da Data de Outorga (“Data da Apuração”), com base na média do preço de fechamento das Ações na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à Data da Apuração. A efetiva liberação das Ações ao Participante deverá observar os períodos de diferimento indicados em cada Programa, bem como as demais condições estabelecidas no Programa e no Termo de Adesão.

Excepcionalmente, caso não haja Ações em tesouraria em quantidade suficiente para fazer frente à liberação das Ações e o Banco esteja impedido, por disposição da legislação aplicável, de adquirir Ações adicionais ou, ainda, caso seja excessivamente onerosa para o Banco a aquisição de tais Ações, o Conselho de Administração poderá determinar que valor correspondente às Ações seja pago em dinheiro.

- principais objetivos do plano:



O Plano tem por objetivo: (i) estimular o desenvolvimento de visão de longo prazo dos Colaboradores e, consequentemente, gerar um maior alinhamento entre seus interesses e os interesses dos acionistas do Banco; (ii) possibilitar ao do Grupo Bmg atrair e reter talentos; e (iii) maximizar a geração de resultados e incentivar criação de valor de forma sustentável.

- forma como o plano contribui para esses objetivos:

Há evidências de que planos de remuneração de longo prazo estimulam o desenvolvimento de visão de longo prazo nos colaboradores participantes e, consequentemente, geram um maior alinhamento entre os interesses de tais colaboradores e os interesses dos acionistas. Também há consenso claro de que planos de longo prazo são eficazes em atrair e reter talentos para as empresas que os institui.

O Plano foi elaborado em estrita observância das disposições da Resolução nº 5.177, de 26 de setembro de 2024 do Conselho Monetário Nacional (“Resolução 5.177”), que estabelecem novas regras em relação à remuneração de administradores das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As regras trazidas pela Resolução 5.177 buscam assegurar um ambiente concorrencial equilibrado, compatibilizando os interesses de administradores e empregados com a saúde financeira das instituições financeiras no longo prazo.

- como o plano se insere na política de remuneração do Banco:

O Plano se insere na política de remuneração do Banco como remuneração variável diferida, em linha com a busca pela otimização dos resultados da remuneração oferecida aos Colaboradores.

- como o plano alinha os interesses dos administradores e do Banco a curto, médio e longo prazo:

A liberação diferida das Ações tem como objetivo estimular os Participantes a aprimorarem cada vez mais seu desempenho, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados no curto, médio e no longo prazo. Além disso, o pagamento com base em Ações tende a criar um sentimento de dono nos Participantes, que se beneficiarão diretamente da criação de valor para o Banco e da consequente valorização das Ações no longo prazo.

b. data de aprovação e órgão responsável



O Plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2020, reformado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2022 e posteriormente reformado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, disponível para consulta na CVM e no site de Relações com Investidores através do link <https://bancobmg.mzweb.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes/>.

c. número máximo de ações abrangidas:

A quantidade total de Ações a ser outorgada no âmbito do Plano, em cada ano, não ultrapassará o limite de 3% (três por cento) da totalidade das ações de emissão da Companhia, tomando-se como base o balanço de encerramento de cada exercício social. Caso, em um determinado exercício, a quantidade de Ações outorgadas no âmbito do Plano tenha ficado abaixo do limite anual aprovado, a diferença poderá ser acrescida para fins da outorga de Ações em qualquer um dos 3 (três) exercícios subsequentes.

d. número máximo de opções a serem outorgadas:

Não serão outorgadas opções no âmbito do Plano, mas sim Ações.

e. condições de aquisição de ações:

O Participante deverá celebrar um Termo de Adesão, que estabelecerá os termos e condições específicos de sua participação no Programa para o qual foi eleito, incluindo as metas e objetivos aplicáveis para liberação diferida das Ações.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O Plano terá a natureza de remuneração e, portanto, não será exigido do Participante o pagamento de qualquer valor, a título de preço de exercício ou qualquer outro.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício:

O Plano não implica outorga de opções aos Participantes, assim, não há prazo de exercício. Observadas as condições dispostas no Plano e nos respectivos Programas, o Participante terá direito ao recebimento

das Ações mediante o cumprimento das metas estabelecidas no Termo de Adesão e o decurso do prazo de diferimento aplicável.

h. forma de liquidação:

O Plano não implica outorga de opções aos Participantes, assim, não há forma de liquidação de opções. Os Participantes deverão observar as previsões do Plano, do Programa, do Termo de Adesão e, se aplicável, da Política de Remuneração de Administradores da Companhia, com relação às metas de performance, períodos de diferimento e demais condições para liberação das Ações outorgadas.

i. restrições à transferência das ações:

Não existe restrição de transferência de Ações.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano tem vigência por prazo indeterminado, podendo ser extinto, suspenso ou alterado a qualquer tempo, mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia dos Programas criados com base nele.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do Banco sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Salvo decisão específica em contrário do Conselho de Administração no âmbito de cada Programa ou do Termo de Adesão, nas hipóteses de término do contrato de trabalho ou do mandato do Participante, as Ações outorgadas e ainda não liberadas serão tratadas da seguinte forma:

- (i) no caso de demissão por justa causa ou pedido de demissão *bad leaver*, o Participante perderá integralmente o direito aos lotes de Ações ainda não liberados, independentemente do cumprimento das metas e demais condições estabelecidas no Termo de Adesão;
- (ii) no caso de demissão sem justa causa ou pedido de demissão *good leaver*, o Participante fará jus ao recebimento dos lotes de Ações relativos aos exercícios sociais já encerrados antes do desligamento, desde que tenham sido cumpridas as metas e demais condições estabelecidas no



Termo de Adesão para tais exercícios, sendo cancelados eventuais lotes de Ações relativos ao exercício ainda não encerrado na data de desligamento; e

- (iii) no caso de falecimento ou invalidez permanente do Participante, este fará jus ao recebimento de todos os lotes de Ações ainda não liberados, independentemente do atingimento das metas e condições estabelecidas no Termo de Adesão, as quais vencerão antecipadamente e serão liberadas em parcela única no prazo de 60 (sessenta) dias contados da formalização do desligamento do Participante.

Para fins do Plano, serão considerados “good leaver” os desligamentos voluntários enquadrados nas seguintes condições:

- (i) negociação antecipada da data de saída;
- (ii) formação de sucessor;
- (iii) celebração de termos de não solicitação abrangendo funcionários e clientes, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Ainda, serão considerados “bad leaver” os desligamentos voluntários que não se enquadrem condições indicadas acima.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: (i) em aberto no início do exercício social, (ii) perdidas e expiradas durante o exercício social; (iii) exercidas durante o exercício social; e (iv) diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não há tal modalidade de remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, data de outorga, quantidade de opções outorgadas, prazo para que as opções se tornem exercíveis, prazo máximo para exercício das opções, prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções, valor justo das opções na data da outorga, multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não foram outorgadas opções de compra de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão de outorga para o exercício social corrente.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados e, em relação às opções ainda não exercíveis, (i) quantidade; (ii) data em que se tornarão exercíveis; (iii) prazo máximo para exercício das opções; (iv) prazo de restrição à transferência das ações; (v) preço médio ponderado de exercício; (vi) valor justo das opções no último dia do exercício social; e, em relação às opções exercíveis, (i) quantidade; (ii) prazo máximo para exercício das opções; (iii) prazo de restrição à transferência das ações; (iv) preço médio ponderado de exercício; (v) valor justo das opções no último dia do exercício social; e (vi) valor justo do total das opções no último dia do exercício social.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma que não há opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.



8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, número de ações, preço médio ponderado de exercício, preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas, multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas.

O Banco não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações. Assim, não há opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados e diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários.

VALORES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2025		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	12,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2024		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,92	11,83
Nº de membros remunerados	0,00	5,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2023		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	10,42
Nº de membros remunerados	0,00	10,42
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2022		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,67	13,17
Nº de membros remunerados	0,00	12,50
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, data de outorga, quantidade de ações outorgadas, prazo máximo para entrega das ações, prazo de restrição à transferência das ações, valor justo das ações na data da outorga e multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga.

VALORES PREVISTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2025		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	13,00
Data de outorga	n/a	28/02/2025
Quantidade de ações outorgadas	n/a	3.301.254
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	3,77
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	12.445.727,58

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2024		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,92	11,83
Nº de membros remunerados	0,00	11,00
Data de outorga	n/a	01/03/2024
Quantidade de ações outorgadas	n/a	2.135.699
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	3,52
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	7.517.660,48

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2023		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9,00	10,42
Nº de membros remunerados	0,00	10,42
Data de outorga	n/a	01/03/2023
Quantidade de ações outorgadas	n/a	6.963.251
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	2,16

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	15.039.793,95
---	-----	---------------

VALORES PARA O EXERCÍCIO DE 2022		
Remuneração Baseada em Ações	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	8,67	13,17
Nº de membros remunerados	0,00	12,50
Data de outorga	n/a	25/02/2022
Quantidade de ações outorgadas	n/a	3.090.489
Prazo máximo para entrega das ações	n/a	4 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	Sem restrição
Valor justo das ações na data da outorga	n/a	3,14
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	n/a	9.704.135,46

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, número de ações, preço médio ponderado de aquisição, preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas, multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas.

AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,92	11,83	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00	0,00
Número de ações	n/a	4.938.068	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	3,77	n/a
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	3,77	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0,00	n/a
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	18.616.516,36	n/a
Esclarecimento	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração.	n/a	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal.

AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	10,42	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Número de ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a	n/a
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	n/a	n/a
Esclarecimento	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no	Em 2023 não ocorreu a efetiva entrega de Ações,	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no

	item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração.	conforme detalhado no item 8.12.	item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal.
--	---	----------------------------------	---

AÇÕES ENTREGUES - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2022			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	8,67	13,17	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	12,50	0,00
Número de ações	n/a	1.535.749	n/a
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	2,15	n/a
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	2,15	n/a
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	n/a	0,0	n/a
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	n/a	0,0	n/a
Esclarecimento	Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho de Administração.		Conforme descrição sobre a Política de Remuneração no item 8.1, o Banco não realiza pagamento de remuneração variável aos membros do Conselho Fiscal.



8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 acima, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação:

A outorga das Ações ao Participante ocorre na data de pagamento do Programa de Participação de Resultados da Companhia (“Data de Outorga”). O preço unitário de referência das Ações (“Preço”) é determinado 10 (dez) dias úteis antes da Data de Outorga (“Data da Apuração”), com base na média do preço de fechamento das Ações na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à Data da Apuração. Considera-se dia útil aquele com negociação e liquidação nos mercados da B3.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não se aplica, pois, a quantidade de Ações outorgadas é fixada a partir da definição do valor da remuneração. Feita essa definição, o valor é convertido em número de Ações, conforme procedimento descrito no item (a) acima. A efetiva liberação das Ações ao Participante deve observar os períodos de diferimento e as demais condições previstas no Programa e no Termo de Adesão. Vale mencionar que, em 16 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração do Banco decidiu, em caráter excepcional, que a liberação das Ações outorgadas aos Participantes no âmbito dos Programas, prevista para 1º de março de 2023, seria realizada mediante o pagamento, em dinheiro, do valor correspondente ao preço das referidas Ações, nos termos da Cláusula 4.1 e 4.3. do Plano.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não se aplica.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não se aplica.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.



8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Em 31 de dezembro de 2024, membros da Administração detinham as seguintes participações acionárias no Banco:

Emissor: Banco Bmg S.A.			
Órgão	Ações (ON)	Ações (PN)	Participação (%)
Conselho de Administração	122.967.968	28.518.794	25,97%
Diretoria	0	908.756	0,16%
Conselho Fiscal	0	2.156	0,00%

Em 31 de dezembro de 2024, membros da administração detinham as seguintes participações acionárias na Bmg Participações S.A.:

Emissor: Bmg Participações S.A.			
Órgão	Ações (ON)	Ações (PN)	Participação (%)
Conselho de Administração	7.575.445	n/a	53,21%
Diretoria	0	n/a	0
Conselho Fiscal	0	n/a	0

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela: órgão, número total de membros, número de membros remunerados, nome do plano, quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar, condições para se aposentar antecipadamente, valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores, se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições.

	Conselho de Administração	Diretoria
Número de membros	8,92	11,83
Número de membros remunerados	8,92	11,83
Nome do plano	n/a	Renda Total Empresarial Bmg
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Plano II (novo): <u>Tem apenas uma regra de aposentadoria</u> Ter entre 60 anos de idade e 65 anos de idade, 05 anos de vínculo com a empresa; e, Para concessão do benefício de aposentadoria, além de atingir os requisitos acima, o participante deverá ter rompido o vínculo com a empresa. Plano I (anterior): Tem três tipos de aposentadoria antecipada, normal e postergada. <u>Aposentadoria Antecipada:</u> No mínimo 55 anos de idade; 10 anos de vínculo com a Empresa e Perda do vínculo. <u>Normal:</u> No mínimo 60 anos de idade; 05 anos de vínculo com a Empresa; Perda do vínculo. <u>Normal Postergada</u> No mínimo 60 anos de idade; 05 anos de vínculo com a Empresa; 05 anos de contribuição ao Plano; Perda do vínculo.	
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	R\$ 2.946.411,75
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	0	R\$ 2.946.411,75

Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Enquanto profissional ativo do Banco, o participante poderá fazer uso somente das reservas financeiras formadas por suas contribuições. Em caso de resgate total do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou pela Contribuição Especial Participante, o participante perderá integralmente o saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Especial Empresa, que será destinado à conta coletiva do plano, e terá seu plano cancelado. Neste caso o participante somente poderá retornar ao plano como novo participante, mediante preenchimento de nova proposta em junho e novembro do respectivo ano. Em caso de resgate parcial do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Contribuição Especial Participante, o Participante perderá a mesma proporção do saldo formado pela Contribuição Básica e/ou Especial Empresa, mas continuará normalmente no Plano.
---	----------	---

8.15. Em forma de tabela, indicar para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	11,83	10,42	13,17	8,92	9,00	8,67	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	11,83	10,42	12,50	8,92	9,00	8,50	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração individual (Reais)	10.433.572,16	16.976.539,69	11.605.066,35	1.959.982,45	1.698.936,52	1.847.394,50	168.628,56	168.738,60	154.628,13
Valor da menor remuneração individual (Reais)	1.159.569,58	1.906.210,72	1.591.618,38	401.496,64	589.120,64	481.969,02	72.269,40	72.379,44	72.295,35
Valor médio da remuneração individual (Reais)	3.791.095,18	5.187.597,05	3.545.800,37	1.122.933,23	952.466,08	829.909,16	112.419,06	112.529,10	110.115,94

Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2024	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2025- CVM/SEP.
31/12/2023	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2025- CVM/SEP.
31/12/2022	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2025- CVM/SEP.

Conselho de Administração	
31/12/2024	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2025- CVM/SEP.
31/12/2023	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2025- CVM/SEP.
31/12/2022	O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros dos órgãos que estiveram no exercício do cargo por menos de 12 meses. O número de membros foi calculado conforme orientações do Ofício Circular/ Anual-2025- CVM/SEP.

Conselho Fiscal	
31/12/2024	Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2024, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 19/06/2024, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos na mesma data. Adicionalmente, na Assembleia



	Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022 foi deliberado que o Conselho Fiscal tenha funcionamento permanente.
31/12/2023	Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2023, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 16/06/2023, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos na mesma data. Adicionalmente, na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022 foi deliberado que o Conselho Fiscal tenha funcionamento permanente.
31/12/2022	Conselho Fiscal foi instalado e eleito na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022, e homologado pelo Banco Central do Brasil em 07/07/2022, de forma que os membros do Conselho Fiscal tomaram posse em seus cargos na mesma data. Adicionalmente, na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2022 foi deliberado que o Conselho Fiscal tenha funcionamento permanente.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Conforme previsto na Política de Remuneração do Banco, em caso de desligamento dos Diretores Estatutários, poderá ou não haver pagamento de remuneração variável anual correspondente ao ano de competência do desligamento.

Atualmente, as seguintes regras serão aplicáveis em relação a eventual saldo de Ações outorgadas no âmbito do Plano:

Motivo do encerramento do desligamento	Consequências
Demissão com justa causa ou demissão bad leaver	O Diretor Estatutário perderá integralmente o direito aos lotes ainda não liberados, independentemente do cumprimento das metas a ele aplicáveis.
Demissão sem justa causa ou por aposentadoria estatutária ou pedido de demissão good leaver	O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento dos lotes relativos aos exercícios sociais já encerrados antes do desligamento, desde que tenham sido cumpridas as metas aplicáveis em tais exercícios, sendo cancelados eventuais lotes relativos ao exercício ainda não encerrado na data do desligamento.
Falecimento ou invalidez permanente	O Diretor Estatutário fará jus ao recebimento de todos os lotes ainda não liberados, independentemente do atingimento das metas aplicáveis, os quais vencerão antecipadamente e serão liberados no prazo de 60 dias corridos da formalização do desligamento.

Para fins de detalhamento, são considerados desligamentos good leaver, os enquadrados nas definições abaixo:

- (i) Negociação antecipada da data da saída;
- (ii) Formação de sucessor;
- (iii) Celebração de termos de não solicitação abrangendo funcionários e clientes, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Serão considerados como bad leaver os desligamentos voluntários que não se enquadrem nas condições indicadas no item acima.

Ainda, o Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura poderá propor ao Conselho de Administração tratamento excepcional para casos e situações especiais de desligamento, observadas as demais regras previstas na Política de Remuneração e no Plano.



Qualquer decisão referente ao tema será analisada pelo Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura e deliberado pelo Conselho de Administração, levando-se em consideração a atuação do administrador com a criação de valor e gestão de risco de longo prazo do Banco.

Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para administradores contratada pelo Banco não oferece cobertura relacionada à demissão, mas oferece, aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.



8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsto 2025	59,3%	9,4%	0,00%
2024	37,6%	13,0%	0,00%
2023	33,8%	7,0%	0,0%
2022	56,9%	7,1%	0,0%



8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsto 2025	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00



8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há, nos últimos três exercícios sociais e previsto para o exercício social corrente, valores reconhecidos nos resultados dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas do Banco, a título de remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, mesmo que não relacionados ao exercício de cargo no Banco.

8.20. Outras informações relevantes

Informamos que o valor da remuneração anual dos diretores constantes dos itens 8.2 e 8.3 do Formulário de Referência, relativamente ao previsto para o exercício de 2025 e ao reconhecido nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, não está abarcando encargos sociais, conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP.

Nos quadros abaixo demonstramos a memória de cálculo do número de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária do Banco nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

Conselho de Administração Esperado 31/12/2025			Diretoria Esperado 31/12/2025		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados	Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9	Janeiro	13	13
Fevereiro	9	9	Fevereiro	13	13
Março	9	9	Março	13	13
Abril	9	9	Abril	13	13
Maio	9	9	Maio	13	13
Junho	9	9	Junho	13	13
Julho	9	9	Julho	13	13
Agosto	9	9	Agosto	13	13
Setembro	9	9	Setembro	13	13
Outubro	9	9	Outubro	13	13
Novembro	9	9	Novembro	13	13
Dezembro	9	9	Dezembro	13	13
Média	9,00	9,00	Média	13,00	13,00

Conselho Fiscal Esperado 31/12/2025		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00

Conselho de Administração 31/12/2024		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9
Fevereiro	9	9
Março	9	9
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	8	8
Outubro	9	9
Novembro	9	9
Dezembro	9	9
Média	8,92	8,92

Diretoria 31/12/2024		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	11	11
Fevereiro	11	11
Março	12	12
Abril	12	12
Maio	12	12
Junho	12	12
Julho	12	12
Agosto	12	12
Setembro	12	12
Outubro	12	12
Novembro	12	12
Dezembro	12	12
Média	11,83	11,83

Conselho Fiscal 31/12/2024		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00

Conselho de Administração 31/12/2023		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	9
Fevereiro	9	9
Março	9	9
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	9	9
Outubro	9	9
Novembro	9	9

Diretoria 31/12/2023		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	13	13
Fevereiro	11	11
Março	11	11
Abril	10	10
Maio	10	10
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	9	9
Setembro	12	12
Outubro	11	11
Novembro	10	10

Dezembro	9	9
Média	9,00	9,00

Dezembro	10	10
Média	10,42	10,42

Conselho Fiscal		
31/12/2023		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00

Conselho de Administração		
31/12/2022		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	9	8
Fevereiro	9	8
Março	9	9
Abril	9	9
Maio	9	9
Junho	9	9
Julho	9	9
Agosto	8	8
Setembro	8	8
Outubro	8	8
Novembro	8	8
Dezembro	9	9
Média	8,67	8,50

Diretoria		
31/12/2022		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	14	9
Fevereiro	14	14
Março	13	13
Abril	14	13
Maio	13	12
Junho	13	13
Julho	13	13
Agosto	12	12
Setembro	13	12
Outubro	13	13
Novembro	13	13
Dezembro	13	13
Média	13,17	12,50

Conselho Fiscal		
31/12/2022		
Mês	Número total de membros	Número de membros remunerados
Janeiro	6	6
Fevereiro	6	6
Março	6	6
Abril	6	6
Maio	6	6
Junho	6	6
Julho	6	6
Agosto	6	6
Setembro	6	6
Outubro	6	6
Novembro	6	6
Dezembro	6	6
Média	6,00	6,00